



## Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

### Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

#### ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO MÊS DE ABRIL DE DOIS MIL E ONZE

"Artigo décimo segundo, número um, alínea b) do Regimento"

-----Aos trinta dias do mês de Abril de dois mil e onze, no auditório do edifício dos Paços do Concelho, Salão Nobre da Câmara Municipal de Almeirim pelas catorze horas e trinta minutos, encontrando-se presente a maioria dos membros que compõem a Assembleia Municipal, reuniu esta em sessão ordinária, com o objectivo de dar cumprimento à seguinte Ordem de Trabalhos: -----

-----  
**PONTO UM** – APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA APRESENTADA PELO PRESIDENTE DO EXECUTIVO MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA E) DO NÚMERO UM, DO ARTIGO QUINQUAGÉSIMO TERCEIRO, DA LEI NÚMERO CENTO E SESENTA E NOVE, BARRA, NOVENTA E NOVE, DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI NÚMERO CINCO, TRAÇO A BARRA, DOIS MIL E DOIS, DE ONZE DE JANEIRO, CONJUGADO COM O ESTIPULADO NA ALÍNEA E) DO NÚMERO UM, COM A PREVISÃO DO NÚMERO NOVE DO ARTIGO QUARTO NOS TERMOS DO ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO DO REGIMENTO DESTA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

-----  
**PONTO DOIS** - APROVAR O RELATÓRIO DE GESTÃO DE DOIS MIL E DEZ E AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE DOIS MIL E DEZ, BEM COMO A APRECIÇÃO DO INVENTÁRIO DE TODOS OS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES DE ACORDO COM O PREVISTO NA ALÍNEA C) DO NÚMERO DOIS DO ARTIGO CINQUENTA E TRÊS DA LEI CENTO E SESENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO ALTERADA PELA LEI CINCO – A BARRA DOIS MIL E DOIS DE ONZE DE JANEIRO, CONJUGADO COM O ESTIPULADO NO ARTIGO QUARENTA E SETE (NÚMERO UM E DOIS) DA LEI DOIS BARRA DOIS MIL E SETE DE QUINZE DE JANEIRO, PARA CUMPRIMENTO DO ARTIGO QUARENTA E SEIS DA CITADA NORMA LEGAL. -----

-----  
**PONTO TRÊS** - APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA DA PRIMEIRA REVISÃO ORÇAMENTAL DE DOIS MIL E ONZE DE ACORDO COM O PREVISTO NA ALÍNEA B) DO NÚMERO DOIS CONJUGADO



### **Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim**

COM O NÚMERO SEIS E NÚMERO OITO DO ARTIGO CINQUENTA E TRÊS DA LEI CENTO E SESSENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI CINCO – A BARRA DOIS MIL E DOIS DE ONZE DE JANEIRO. -----

**PONTO QUATRO - APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL** DE ACORDO COM O PREVISTO NO NÚMERO DOIS DO ARTIGO CINQUENTA E TRÊS DA LEI CENTO E SESSENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, ALTERADA PELA LEI CINCO – A BARRA DOIS MIL E DOIS DE ONZE DE JANEIRO. -----

**PONTO CINCO - APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO PDM, REFERENTE À ZONA ADJACENTE A NORTE DA RUA DE SÃO JOSÉ EM FAZENDAS DE ALMEIRIM,** DE ACORDO COM ALÍNEA B) DO NÚMERO TRÊS DO ARTIGO CINQUENTA E TRÊS DA LEI CENTO E SESSENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI CINCO – A BARRA DOIS MIL E DOIS DE ONZE DE JANEIRO. -----

**PONTO SEIS - APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO DA PROPOSTA DE CLASSIFICAÇÃO COMO IMÓVEL DE INTERESSE MUNICIPAL DO CONJUNTO EDIFICADO REFERENTE AOS NÚMEROS TRINTA E CINCO, TRINTA E SETE E TRINTA E NOVE DA RUA ALMIRANTE REIS EM ALMEIRIM,** NOS TERMOS DO ARTIGO CINQUENTA E SETE DO DECRETO-LEI TREZENTOS E NOVE BARRA DOIS MIL E NOVE DE VINTE E TRÊS DE OUTUBRO, E DA LEI CENTO E SETE BARRA DOIS MIL E UM DE OITO DE SETEMBRO. -----

**PONTO SETE - ELEIÇÃO DE “UM AUTARCA DE FREGUESIA” PARA O XIX CONGRESSO DA ANMP,** DE ACORDO COM AS COMPETÊNCIAS PREVISTAS NA ALÍNEA R) DO NÚMERO UM DO ARTIGO QUINQUAGÉSIMO TERCEIRO DA LEI NÚMERO CENTO E SESSENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO REPUBLICADA EM ANEXO À LEI NÚMERO CINCO TRAÇO A BARRA DOIS MIL E DOIS DE ONZE DE JANEIRO. -----



## Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

### PERIODO ANTES-DA-ORDEM-DO-DIA

(Artigo décimo oitavo, número um do Regimento)

Procedeu-se à verificação das presenças dos elementos que compõem a Assembleia Municipal de Almeirim, convocados pelo Senhor Presidente da Assembleia nos termos do número um, alínea b) do artigo cinquenta e quatro da Lei número cento e sessenta e nove, barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, republicada em anexo à Lei número cinco traço A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, conjugado com o número um, alínea b) do artigo sétimo do Regimento, tendo-se verificado as seguintes presenças: Na mesa; José Francisco Correia Afonso Marouço, (Presidente da Mesa da Assembleia Municipal); Carlos Manuel Russo Mota (Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia); Teresa Isabel Almeida Filipe (Segundo Secretário da Mesa da Assembleia Municipal); Ana Sofia Fonseca Casebre; Manuel Botas Soares; Manuel Luís da Cruz Bárbara; Maria Natália Costa Proença; Rui Manuel Oliveira Pinto Pires; Aquilino Manuel Pratas da Silva; José Manuel Bento Sampaio; Jorge Alexandre Castro Videira Veiga Dias; Maria Manuela dos Santos Ferreira Cunha; Ana Lúcia Mesquita Nunes Gomes Ribeiro; João Miguel Gonçalves Lopes; Domingos Manuel Monteiro Martins; Duarte José Vilhais Mota Cerveira; Pedro António Mendonça Ramos; Manuel Virgínia Lourenço; Carla Marina Sousa Jesus Silva; Manuel Bastos Martins (Presidente de Junta de Fazendas de Almeirim); Joaquim Francisco Leonor Sampaio (Presidente da Junta de Almeirim); José David Ventura Gouveia (Presidente de Junta da Raposa); Alfredo da Silva Trindade (Presidente da Junta de Benfica do Ribatejo); do Executivo Municipal o Senhor José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes (Presidente da Câmara Municipal); Pedro Miguel César Ribeiro (Vice-Presidente); Maria Emília Castelo A. Botas Moreira (Vereadora). José Carlos Silva (Vereador), José Manuel Aranha Figueiredo (Vereador) e Maria de Fátima Rodrigues Pina Cardoso (Vereadora) e Francisco Manuel Maurício do Rosário (Vereador).

Registo de faltas da Assembleia: Tiago Rodrigues da Silva Correia Campos (Grupo do MICA).

Sendo catorze horas e quarenta minutos, declarou o senhor Presidente da Assembleia Municipal, aberta a sessão.

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» Boa tarde a todos os presentes. Verifico que existe quórum na Assembleia, pelo que declaro aberta a sessão ordinária de Abril de dois mil e onze.



### Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Uma sessão, pela sua realização no dia trinta de Abril, têm a particularidade de se situar entre duas datas históricas da história recente de Portugal. 25 de Abril e o 1º de Maio. Assim sendo, e tal como a correspondência que enviamos para todos os Grupos políticos com assento nesta Assembleia, antes de iniciar propriamente a Sessão ordinária, fazer uma pequena evocação a estas duas efemérides. -----

Antes de pedir a cada um dos grupos se possam pronunciar sobre estes temas, se permitirem, eu gostaria de dizer meia dúzia de palavras. Se não houver nenhum inconveniente nisso, começaria por dizer que é com grande satisfação que nesta data evoco e saúdo todas as Portuguesas e todos os Portugueses que tornaram possível o 25 de Abril. -----

Depois, gostava de deixar aqui dois votos, um deles, dado que atravessamos uma crise económica e financeira de dimensões inusitadas. Gostaria no entanto de pensar que era possível no futuro, com confiança e, sobretudo com determinação, conseguirmos inverter a ordem das coisas. Fazendo sobretudo, e tendo em consideração dois pontos. Para os quais sendo simples, apelam a uma reflexão. Por um lado desejar que os portugueses tenham consciência de que precisam viver de acordo com as suas potencialidades, por outro lado, que temos de ser suficientemente mutáveis para arranjar modo e maneiras de distribuir melhor a riqueza. O outro voto diz respeito ao Mundo do Trabalho, que efectivamente nos últimos tempos têm passado por alterações profundas e novos desafios. A dimensão do desemprego, a precariedade no trabalho e a falta de respeito por quem efectivamente dá o máximo do seu esforço, obriga a que as organizações sindicais neste dia, que sendo antes do 1º de Maio, eu saúdo também que encontrem formas, novas formas de dizer e de responder a estes novos desafios e eleger estas novas necessidades. Penso que apesar dos horizontes, neste momento serem bastante negros, podemos ter confiança, que se todos nos empenharmos e, se todos trabalharmos em prol daquilo que é fundamental, que é, trabalharmos para uma sociedade mais justa e mais livre, poderemos congratularmo-nos por viver em Portugal. -----

Via o 25 de Abril. -----

Viva a Democracia. -----

Viva Portugal. -----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» Pensado que soube interpretar, e perdoe-me esta ousadia, que é a forma geral de pensar desta Assembleia, e não tendo atropelado aquilo que julgo que possam ser as ideologias de cada um dos grupos, peço agora que cada um dos Grupos faça a evocação que considerar adequada. -----



### Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Começava por pedir ao Grupo do PPD/PSD que fizesse a sua intervenção. -----

**NATÁLIA PROENÇA** (Grupo do PPD/PSD) »» Excelentíssimo Senhor Presidente Assembleia Municipal de Almeirim. -----

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Almeirim. -----

Excelentíssimos Senhores e Senhoras Vereadoras do Executivo Municipal. -----

Excelentíssimos Senhores e senhoras Deputadas Municipais. -----

Excelentíssimo Público e Concidãos. -----

Estamos todos aqui hoje para exortar uma efeméride digna de registo para o corolário histórico do nosso País que é a comemoração da implantação de um Estado Democrático. -----

Democracia como sistema político, garante liberdade no seu conceito mais abrangente. Liberdade é, acima de tudo, responsabilidade na assunção dos direitos e deveres e na aquisição de uma consciência cívica apurada e interventiva de todos os cidadãos na sociedade, fundamentos estes basilares para que a Democracia tenha um terreno fértil para germinar. -----

Após trinta e sete anos desse magnífico feito, infelizmente constatamos que o conceito de Democracia que vivenciamos representa uma ténue e desfocada imagem daquilo que todos almejávamos. O Povo esperançado numa sociedade justa e equitativa perspectivada numa expectativa de bem-estar futuro, verifica que existem cada vez mais cidadãos de primeira e de segunda categorias, vivendo sem qualquer esperança e agarrados a um estigma de aperto de cinto constante, designação esta que já faz parte do genoma da Nação. -----

Nunca, em tempo algum se falou tanto na necessidade de VERDADE, porque a mentira que vivemos e que alguns agentes políticos fazem jus de forma tão sistemática, já se demonstra exasperante para o Povo. -----

Hoje não se faz política no seu conceito mais nobre que é o privilégio de servir quem em si confiou para o representar e garantir um presente e futuro promissor. -----

Melhor evidência é o divórcio que estamos a viver entre o cidadão comum e o poder político representado pelos resultados eleitorais. Os valores apresentados pela abstenção e que deveriam ser exaustivamente analisados como *feedback* por quem de direito, são invariavelmente negligenciados, como se quem não apresenta interesse em participar civicamente neste acto solene da democracia, ou por desinteresse ou como forma de mostrar o seu descontentamento, fosse tratado como não cidadão.

Senão vejamos os valores que se apresentam nos últimos actos eleitorais: Presidência da República, cinquenta e três virgula quatro por cento; Legislativas, quarenta virgula



### **Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim**

três por cento; Europeias, sessenta e três virgula dois por cento; e Autárquicas para o nosso concelho, quarenta e seis por cento. Todos os resultados apresentados pela abstenção são muito superiores aos vencedores das respectivas eleições e alguns resultados apresentam-se até superiores aos votantes. Perante os resultados apresentados pelos vencedores, subtraindo os valores da abstenção e a votação nas outras forças políticas, como deverá ser vista a legitimidade da decisão política visto ser pouco representativa do universo de eleitores? -----

Isto representa, caros concidadãos, não um simples divórcio, mas um divórcio litigioso que qualquer dia poderá se apresentar de imprevisíveis e nefastas consequências. ---- Assistimos a propostas de Lei anti-corrupção serem liminarmente arquivadas por evidentes interesses e ter de ser a sociedade civil, através de Petições Públicas para que a Assembleia da República legisle sobre o enriquecimento ilícito dos detentores de cargos públicos, é no mínimo anómalo se não ridículo para a credibilidade do nosso sistema político. -----

A juntar à anormalidade acima referida, verifica-se a pouca ou nenhuma formação credível dos nossos governantes para a actividade funcional que estão incumbidos. Para eles a formação e experiência política é mais importante que qualquer outro tipo de formação, o currículo não político é algo acessório, bastando para exercer os cargos públicos a formatação partidária bebida como cartilha maternal se tratasse, cerrando fileiras quando o interesse pessoal e político-partidário é posto em causa, utilizando armas só verificadas em tempos idos e de má memória. -----

Relativamente à comemoração do dia do Trabalhador é costume ouvir dizer em política que as conquistas sociais têm sempre um preço a pagar. Neste momento estamos todos a pagar esse preço com salários baixos e trabalho precário com tendência a uma margem de desemprego maior. Assim, caros concidadãos, não vamos a lado algum. Cabe-nos a nós participar de forma activa para que não sejam os outros a decidir por nós. Nunca a participação cívica de todos os cidadãos foi tão urgente e premente, como única forma de expurgar o parasitismo presente que transformou a esperança da democracia num pesadelo autocrático. -----

VIVA PORTUGAL -----

VIVA A DEMOCRACIA -----

VIVA A LIBERDADE -----

VIVA QUEM TRABALHA E QUEM QUER TRABALHAR -----

-----  
**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Dou agora a palavra ao Grupo do MICA. -----**



### Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

**ANA SOFIA CASEBRE** (Grupo do MICA) »» Excelentíssimo Senhor Presidente Assembleia Municipal de Almeirim. -----

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Almeirim. -----

Excelentíssimo Senhores e Senhoras Vereadoras do Executivo Municipal. -----

Excelentíssimo Senhores e senhoras Deputadas Municipais. -----

Excelentíssimo Público e Concidadãos. -----

Vamos hoje, nesta sessão da Assembleia Municipal de 30 de Abril, evocar a data histórica do 25 de Abril de setenta e quatro. Trinta e sete anos depois e com a crise como cenário, não faltará matéria de reflexão, quando assistimos ao profundo desanimo e descrença dos cidadãos perante aqueles que os representam. -----

De facto, todos nós cidadãos, sentimos que estamos a ser espoliados dos nossos direitos fundamentais, ora garantidos pela revolução dos cravos. -----

É certo que vivemos tempos conturbados, mas nunca os empenhados na revolução de há 37 anos atrás poderiam esperar que o nosso país se encontrasse hoje neste fosso político, económico e social. -----

Na verdade meus senhores, o 25 de Abril de 1974 é agora o sonho de uma festa, (e veja-se o procedimento dos deputados da Assembleia da República, simplesmente encerraram), a data não foi esquecida, simplesmente porque o Sr. Presidente da República juntamente com três ex-presidentes nos transmitiram alguma esperança de Abril que eles, cada um ao seu estilo, apresentaram como um fermento da necessária mudança, alteração que todos desejamos para o nosso país e especialmente para o nosso concelho e que passa por uma cidadania exercida diariamente, situação que é vista com algum pânico pelos instalados da política, por verem as formas de intervenção cívica aparecerem e crescerem longe do seu “controlo sindical”, dado que ainda não perceberam que o bem-estar das populações deve ser o desígnio principal da actividade política e não o favorecimento de interesses particulares em prejuízo do interesse público. -----

A culpa da actual situação não é dos cidadãos, mas sim desses pseudo-políticos que “infestam” cada vez mais todos os órgãos de decisão. -----

Como afirmou o Sr. Ex-Presidente Jorge Sampaio “ A hora exige de todos nós. Mas, mesmo conscientes das ameaças, dos perigos e das desilusões, é ainda com entusiasmada convicção que reafirmamos: o 25 de Abril valeu a pena e os que o fizeram merecem a nossa gratidão.” -----

E vou finalizar citando o Sr. Presidente da República: “ Foi em nome de Portugal e do futuro que há trinta e sete anos um grupo de jovens oficiais das forças armadas



### **Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim**

decidiu erguer-se e tomar o destino nas suas mãos. Nesse dia, o povo saiu à rua. Na manhã do 25 de Abril, nasceu o sonho de um país diferente. Um país livre e democrático, um Portugal mais justo e solidário, uma nação mais desenvolvida em que a riqueza fosse melhor repartida. -----

Na manifestação do 1º de Maio de 1974 não houve divisões, só houve a alegria de quem dá os primeiros passos no caminho de um país novo. Nesse dia memorável, juntos e unidos, os Portugueses festejaram a liberdade recentemente conquistada”. ---  
Meus senhores, temos de começar já hoje a construir um país e um concelho digno da memória de Abril e da sua esperança. -----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» Dava agora a palavra ao representante do Grupo da CDU, Deputado José Manuel Sampaio, que saúdo por este regresso. -----

**JOSÉ MANUEL SAMPAIO** (Grupo da CDU) »»Esta minha intervenção única e última, por isso pedia à Mesa e ao Senhor Presidente da Mesa em particular, alguma tolerância em relação ao tempo, pois no serei capaz de a fazer em apenas cinco minutos. -----

Estou hoje aqui pelas seguintes razões: -----

Para em nome do meu grupo – a CDU - homenagear a revolução ocorrida em 25 de Abril de 1974, homenagear o dia 1º de Maio, o Dia do Trabalhador, e para assinalar o termo da minha presença nesta Assembleia como Deputado Municipal. -----

As pessoas da minha geração e anteriores que lutaram contra a Ditadura e sonharam um País livre, democrático, justo e com igualdade de oportunidades para Todos, viveram o 25 de Abril de 1974 como o dia mais feliz das suas vidas. Aconteceu comigo, aconteceu com muitos. -----

Nunca é demais avivar memórias ou alertar as camadas da população mais jovens, pouco informadas do antes de Abril, e compete fazê-lo a quem viveu o antes e o depois. Para quem não teve a experiência do antes não é demais recordar que os trabalhadores rurais trabalhavam de sol a sol e que a conquista das 8 horas de trabalho foi conseguida com repressão e muitas prisões, como aconteceu em Almeirim e Alpiarça; que os trabalhadores iam para as praças de jorna, ali junto à praça, e eram arrematados para o trabalho pela sua compleição física, que não existiam sindicatos, nem segurança social, que se sujeitavam ao salário que lhes era proposto pelos patrões, que o ensino obrigatório se limitava à instrução primária, pois saber ler, escrever e contar era o que bastava a Salazar para manter o Povo pouco esclarecido e explorado pelas classes dominantes. Nunca é de mais recordar que qualquer voz contrária ao Regime era reprimida, abafada, presa pela PIDE e controlada pela





### **Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim**

censura. Nunca é demais lembrar que a grande maioria dos partos se operavam no domicílio, com riscos elevados para mães e filhos, que a mortalidade infantil, bom indicador para aferir do desenvolvimento dum país, se situava na casa dos 30/mil, hoje 3/mil. Nunca é demais referir que muitos poucos eram os filhos dos trabalhadores que chegavam ao ensino superior e quando tal acontecia a maioria tinha que completar a escassa bolsa familiar com o salário de qualquer trabalho, convertendo-se em trabalhador-estudante, como foi o meu caso. -----

Em mil novecentos e sessenta e um, foi imposta uma guerra colonial ao povo português para defender os monopólios e as grandes empresas que beneficiavam do então regime político, cerceador das liberdades cívicas e repressor de todos os que se lhe opunham politicamente. O Movimento dos Capitães é um fruto amadurecido da consciência progressiva de jovens oficiais atirados para uma guerra injusta, condenada pela roda da história da libertação dos povos oprimidos, quer o povo das colónias quer o povo português. As consequências do não reconhecimento atempado das mudanças ocorridas no continente africano foram causadoras de imensos sofrimentos humanos que, porventura, poderiam e deveriam ter ser evitados. Para essa consciencialização muito contribuiu o Partido Comunista Português, um partido político fundado em mil novecentos e vinte e um, único partido até mil novecentos e setenta e três, que combateu a Ditadura e ergueu a bandeira da luta pelas liberdades e direitos dos trabalhadores e do povo. -----

Aos Capitães de Abril, que corajosamente fizeram a chamada Revolução dos Cravos e que devolveram ao Povo Português a esperança, a nossa homenagem e reconhecimento. A união entre o Movimento das Forças Armadas e o Povo foi determinante para o êxito da revolução. -----

Nestes trinta e sete anos de liberdade e democracia ninguém negará que foram alcançados índices de desenvolvimento na saúde, escolaridade, educação, cultura, estradas, habitação e saneamento básico, mas também ninguém negará que muitos dos direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores portugueses, consagrados na Constituição da República, estão em regressão. Em nome de políticas neoliberais, europeístas, seguidas pelos governos do PS e PSD, em associação ou não com o CDS, assistimos ao aumento da precariedade do trabalho e desregularão dos horários, à facilitação dos despedimentos, aos baixos salários e cortes salariais, ao congelamento das reformas, ao aparecimento de estudantes universitários sem capacidade financeira para o pagamento de propinas, ao desemprego de gente mais e menos qualificada, ao aumento da pobreza, ao regresso da emigração, à destruição



### Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

de carreiras profissionais, à entrega cada vez mais acentuada de sectores públicos ao capital privado, aos ataques ao Serviço Nacional de Saúde, ao encerramento de muitas pequenas e médias empresas e à transferência de grandes para outros países onde ainda é mais gravosa a exploração do trabalho. -----

A crise instalada, a recessão económica, tem responsáveis políticos e por isso, não deixa de ser chocante assistir ao triste espectáculo do empurrar ou disfarçar as culpas da actual crise económica entre os líderes do PS e do PSD. Num mundo globalizado reconhecem-se as influências positivas ou negativas da interacção entre Países, mas onde está a humildade para reconhecer erros próprios e não alheios, onde está o assumir das próprias responsabilidades? Após trinta e seis anos de poder tentam sacudir a *água do capote* e iludir mais uma vez o povo português com propostas eleitoralistas, alicerçadas na propaganda, com o objectivo único de manutenção ou retorno ao poder. -----

Como alguém pode hoje estranhar que os que amam Abril se rebelem e lutem contra as políticas que levaram à actual situação? Como se podem queixar algumas vezes piedosas da falta de casamentos e filhos, sem condenarem e sem associarem esses factos à insegurança social, habitacional e instabilidade do emprego? Como não contestar uma crise que afecta os trabalhadores mas permite o acumular de riqueza crescente por parte dos Amorins e Belmiros deste Mundo? Como não contestar os especuladores que continuam a ganhar fortunas à custa de garrotes impostos a países em dificuldades, conduzidos por Governos com políticas alinhadas pelos interesses do capital? Como compreender que o FMI, depois dos empréstimos à Grécia e Irlanda, venha despudoradamente dizer que aumentou os seus lucros em 63%, como consta do seu recente relatório anual, quase sem merecer qualquer comentário condenatório, dos comentadores televisivos que nos encham diária ou semanalmente o pequeno ecrã? Como é possível que após um ano de aplicação de medidas dolorosas, a situação para o povo grego seja pior que antes, com aumento da recessão económica e endividamento em limites insustentáveis? Como é possível que grandes empresas, com lucros de milhões, em nome da crise económica se preparem para acentuar a exploração e lucrar ainda mais com quem trabalha? -----

Eis um exemplo vergonhoso duma grande empresa de seguros associada à Caixa Geral de Depósitos. Dou consultas na Clínica Jardim da República e acerca de quinze dias dias o seu proprietário deu-me conhecimento da carta que passo a ler: -----

Transcrição da carta da revisão das condições contratuais. -----



### **Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim**

“Com anos anos de “história”, a Multicare orgulha-se de ser líder de mercado dos seguros de saúde em Portugal, desde dois mil e seis. Desde então tem mantido a posição alcançada, aumentando o número de Clientes, que são actualmente mais de quinhentos e setenta mil. A Rede Multicare tem crescido em todo o país e actualmente conta com mais de dezasseis mil entidades, entre hospitais, clínicas, médicos, laboratórios e centros de diagnóstico e é o principal suporte do Serviço que em comum disponibilizamos aos nossos Clientes. Apesar do significativo crescimento do número de Clientes da Multicare, as condições de remuneração das Consultas nunca tiveram qualquer alteração. Deste modo, e tendo em conta a actual conjuntura económica e ainda com o objectivo de mantermos o acesso dos nossos Clientes a uma Rede diferenciada de Cuidados Privados de Saúde, procedemos à revisão do respectivo valor, nas diferentes especialidades médicas, para trinta euros.” -----

Esta carta da Multicare foi dirigida às Clínicas Médicas que têm acordos com aquela seguradora, como é o caso da Clínica Médica Jardim da República, em Almeirim, onde trabalho a recibo verde. O acto médico das consultas de especialidade médica situa-se nos trinta, quarenta euros. Deste valor os médicos entregam à clínica o valor percentual médio de vinte por cento (quinze por cento a vinte cinco por cento). Depois passam o recibo verde com o desconto de vinte e um virgula cinco por cento. Os clientes além do prémio de seguro acordado com a Seguradora, pagam à clínica doze virgula cinco euros por consulta. A actual proposta/imposição da Multicare, que em doze anos nunca aumentou o valor das consultas, consiste em reduzir o preço do acto médico do especialista para trinta euros, a partir de dois de Maio. -----

Este é um exemplo do modo de actuar das grandes Empresas exploradoras do trabalho qualificado executado por profissionais que estão na base do seu sucesso.

A grande contradição do nosso tempo, a contradição insolúvel da filosofia política neoliberal dominante consiste, por um lado, em vivermos num Mundo tecnologicamente desenvolvido, capaz de produzir imensa riqueza e bem estar para os povos, e, por outro, se acentuarem cada vez mais as desigualdades entre ricos e pobres – cerca de cento e oitenta famílias têm mais riqueza que dois mil milhões de pessoas - se produzirem guerras injustas e ilegítimas sempre justificadas em nome da defesa dos direitos humanos e sancionadas pelos países mais poderosos, eles próprios os financiadores, fabricantes e vendedores de armas, sanguessugas das riquezas naturais doutros países e que na construção dos seus impérios embrulhados sempre em conversa neoliberal de maior competitividade e produtividade vão



### **Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim**

cerceando os trabalhadores da liberdade e de direitos adquiridos que estão na base da dignificação do ser humano. -----

José Saramago disse: “ A prioridade absoluta tem de ser o ser humano. Acima dessa não reconheço nenhuma outra prioridade. Estou convencido que é preciso continuar a dizer não mesmo que se trate de uma voz pregando no deserto”. -----

Quando era um jovem adolescente ouvia o Joaquim Carvalho falar de jornais clandestinos impressos na sua tipografia e as histórias sobre o escritor e militante comunista Soeiro Pereira Gomes, o autor dos Esteiros, que relata a história dos homens que nunca foram meninos, o Jaime Dias na sua destilaria, na rua da Faias, sobre a repressão da PIDE de que fora vítima , o Lourenço de Carvalho, na sua loja, sobre a organização e contactos da rede clandestina. São almeirinsenses, alguns de muitos outros, que souberam dizer não, que não pregaram no deserto, que deixaram lembranças, memórias e discípulos. Tenho muita confiança e esperança que os jovens saibam dizer não a políticas e políticos que elegem a economia como prioridade e não o ser humano, tenho muita esperança que prevaleça o primado dos direitos e deveres, a justiça, a igualdade de oportunidades independentemente do poder económico das famílias, que prevaleça o primado da não discriminação racial, social ou sexual. -----

O 1º de Maio, durante Ditadura foi sempre barbaramente reprimido. Em liberdade é a grande festa anual dos trabalhadores onde se reforça a solidariedade e a vontade de combater por um Mundo mais justo, onde gritam, bem alto, que unidos vencerão e que o Futuro lhes pertencerá. Em nome da CDU apelo a que a população do Concelho de Almeirim se incorpore nesta grande festa do Trabalho. -----

Hoje, despeço-me desta Assembleia por motivos estritamente pessoais e familiares que, me têm vindo a criar algum desencanto e cansaço psicológico e, seguramente, irão determinar ausências prolongadas do país. Não o faço com gosto pois sempre acabei os mandatos para os quais fui eleito, mas não gostaria de me arrastar sem alegria e sem participação activa e criativa em todos os assuntos do município. O amor à terra onde nasci e vivo permanecerá e continuarei com a intervenção cívica possível. A minha intervenção começou na 1ª Comissão Administrativa e salvo uma interrupção devido a funções de direcção de um hospital, coincidente com a tarefa de construção dum novo hospital, nunca deixei de dar o meu contributo, quer como Vereador, Presidente da Assembleia ou Deputado Municipal, para que a governação da autarquia fosse a melhor possível. Considero que as vozes da Oposição são muito importantes para uma boa governação e se algum desejo eu deixaria neste momento seria que o PS fizesse uma reflexão sobre as vezes que confundiu maioria absoluta



### Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

com poder absoluto, indiferente a opiniões sensatas e bem fundamentadas. Para a história, nas actas, ficaram registadas situações em que a razão mesmo vencida não deixou de ser razão e o emendar posterior da mão se fez com custos para a autarquia. Neste momento, desejo saudar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da Mesa, O Senhor Presidente da Câmara e restantes membros do Executivo, os Deputados da CDU, meus camaradas de sempre, os deputados do PS, os deputados do Mica, os deputados do PSD, e o público aqui presente. -----

Muito Obrigado. -----

Viva o 25 de Abril. -----

Viva o 1º de Maio! -----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» Dou agora a palavra ao Grupo do PS. -----

**JORGE VEIGA DIAS** (Grupo do PS) »» Decorreram já trinta e sete anos sobre o dia 25 de Abril de 1974. -----

Na memória de todos os portugueses que viveram aquela data estão certamente ainda presentes os valores que a revolução dos Cravos trouxe a Portugal: a Liberdade, a Tolerância, a Igualdade e Fraternidade. -----

A todos aqueles que lutaram por estes valores todos aqui devemos agradecer o seu contributo e não deixar que esta data importante e significativa da história de Portugal saia da memória, para que assim, todos estes valores nunca sejam postos em causa por qualquer momento menos bom da vida de Portugal, como é aquele por que passamos. -----

Vivemos a maior crise da democracia, que infelizmente é indesmentível, crise essa que assume várias vertentes: Crise financeira, económica e política, qualquer uma delas é de tal forma problemática que pode travar a aproximação de Portugal - um país pequeno e periférico – aos restantes parceiros europeus. Mas às circunstâncias da crise financeira iniciada pela especulação das agências de rating, juntou-se o problema estrutural de um país em que a produtividade é inferior aos restantes estados da UE e as actividades económicas nomeadamente no sector primário foram esquecidas. -----

Como se isto não chegasse assistimos a uma luta partidária sem precedentes pelo poder. -----

Sem pretender fazer Juízos de valor, todos os políticos devem assumir as suas responsabilidades e pensar que os interesses de Portugal se sobrepõem a todos os interesses partidários. -----



### **Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim**

O grave problema de desemprego tende a agravar-se e a crise social será certamente uma das mais graves, sendo que a intervenção das instâncias internacionais pode não só atacar os direitos adquiridos, mas também colocar em causa o papel social do próprio Estado. -----

É este o momento de fazer valer os verdadeiros valores de uma sociedade livre e democrática, pois sem eles não poderá o país superar esta crise. -----

Há que pôr termo ao facilitismo, devendo o mérito deve ser premiado. -----

Após as eleições que agora se aproximam, uma coisa tem de ser comum a todos os partidos: respeitar os resultados eleitorais e trabalhar em conjunto em nome do nosso País. -----

Está hoje cada vez mais na ordem do dia a luta pelos valores de Abril. A intervenção das mulheres e dos jovens na vida política é revigorante. -----

Por outro lado os jovens com níveis de qualificação cada vez mais elevados, estão cada vez menos preparados, o que se torna um dilema difícil de ultrapassar daí falar-se numa geração à rasca, não porque assim o quis, mas porque foi empurrada para isso, estando cada vez mais frágil. -----

Na realidade, grande parte daquilo que aqui foi dito relativamente a Portugal poderá ser aplicado à situação de todo o concelho de Almeirim e do seu Município, ou seja, a crise financeira, económica, social e até mesmo política não deve ser ignorada colocando a cabeça na areia. Apenas com uma política económica responsável como a que tem sido praticada por este município pode evitar que a exemplo de Portugal tenha de ser solicitada uma ajuda externa. -----

A crise financeira do concelho, que aumenta de dia para dia, sem reflexos positivos no bem-estar dos habitantes do concelho é reflexa do estado em que o País se encontra.

Os deputados do PS têm, durante este mandato, pautado as suas posições com frontalidade, seriedade e acima de tudo com muita responsabilidade, tendo apresentado propostas responsáveis defendendo os superiores interesses de todo o concelho de Almeirim. -----

Esta bancada tem estado ao dispor para, em conjunto com o Executivo e mesmo as restantes forças políticas, trabalhar em prol da população do concelho. -----

Quer em termos concelhios, quer em termos nacionais, a população não irá perdoar por certo a não concretização das promessas eleitorais, e estará atenta, à falha na sua concretização. -----

Passaram-se portanto trinta e sete anos, diremos que valeu a pena, mas ao falar do 25 de Abril, é quase obrigatório que se faça uma referência ao 1º de Maio, dada a



### Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

proximidade temporal desta data. Aliás, o ideal de Abril ficou bem expresso nas comemorações do 1º de Maio de 1974, naquela que foi a maior manifestação popular da revolução, mas os objectivos, quer o 25 de Abril, quer o 1º de Maio, são objectivos diários e que se prosseguem todos os dias, quer no nosso local de trabalho, quer nas nossas actividades, quer ainda ao nível das colectividades e das instituições. -----

Viva Portugal. -----

Viva o Concelho de Almeirim. -----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** » » Terminado este período que antecedeu a Sessão Ordinária e Abril, vou começar por colocar à apreciação, para depois podermos votar, a acta da Sessão Ordinária do Mês de Fevereiro de dois mil e onze. -----

Estão abertas as inscrições. -----

Não há inscrições? -----

Vamos passar à sua votação. -----

----- \* **Votação da acta da sessão ordinária do Mês de Fevereiro de dois mil e onze.** - Com vinte e votos a favor, quinze do grupo do PS, três do grupo do MICA, Um do grupo da CDU e um do grupo do PPD/PSD. Quatro abstenções, uma abstenção do grupo do PS, uma do Grupo do PPD/PSD e duas do Grupo da CDU. -----

-----

### -----CORRESPONDÊNCIA-----

----- (Artigo vigésimo quarto, alínea b) do Regimento) -----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**» » Vou passar a dar conta da correspondência recebida. -----

Foi recebida entre a última sessão ordinária da Assembleia, datada de vinte e oito de Fevereiro de dois mil e onze, e a presente sessão ordinária, a seguinte correspondência, enviada por: -----

**A ANMP** – Associação Nacional de Municípios Portugueses, enviou a esta Assembleia a seguinte documentação: - Ofício a solicitar a eleição do representante das Juntas de Freguesia do Concelho de Almeirim ao XIX Congresso da ANMP; Ofício a solicitara as inscrições no XIX congresso, que se realiza no próximo dia 9 de Julho em Coimbra. ---

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTELO DE VIDE** – Ofício a enviar MOÇÃO/Minuta da Deliberação relativa a: “Manifestar oposição à introdução de portagens na A23. ----

-----

**Junta de Freguesia da Bobadela.** Ofício/Convite para palestra “Guerra Colonial” a realizar no dia 25 de Abril, na sala de sessões da Assembleia de Freguesia da Bobadela. -----



### Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

**CCDRLVT – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo.** Ofício a enviar parecer final favorável relativo á alteração ao PDM de Almeirim – Zona Adjacente A Norte da Rua São José em fazendas de Almeirim. -----

-----  
**O Sr. Presidente da Câmara Municipal de Almeirim,** enviou a esta Assembleia a seguinte documentação: Ofício a enviar convocatória para a reunião do Conselho Municipal de Educação no dia 13 de Abril, Ofício a solicitar a marcação de uma Assembleia Municipal ordinária para o mês de Abril. -----

**Justificação de Faltas:** Ofício de Luiz Filipe Esteves Neves Inês (PPD/PSD) a solicitar a sua substituição na sessão ordinária de Abril e ofício de Armindo Castelo Bento a solicitar a justificação de falta para a sessão ordinária de Abril. -----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »»** Estão agora abertas as inscrições para que os deputados se possam inscrever para intervirem sobre assuntos de interesse local. -----

**MANUELA CUNHA** (Grupo da CDU) »» Boa tarde a todos os presentes. -----

Já que estamos num dia de evocações, eu gostava de evocar aqui a paisagem da minha infância, da qual em breve não vai restar nada. A zona do Jardim da República tinha um desenho urbano muito específico, com alguns prédios que constituíam aquilo que era o nosso património. A grande maioria foi derrubada. Outra das marcas paisagísticas desta terra era o “túnel de entrada” em Almeirim, o “túnel” arbóreo que ladeava a estrada e que saindo da Tapada, nos conduzia até Almeirim. -----

Durante muitos anos, quando chegava de França, era para mim uma alegria ser conduzida por ele até á entrada da cidade. Devo dizer que é com dor, com dor profunda, que um dia à noite desta semana, ao regressar de Lisboa, me apercebi que pouco ou nada restava desta paisagem. Paisagem que tem vindo a ser devastada ano após ano e que levou a machadada final há poucos dias. -----

Vem o senhor Vereador Pedro Ribeiro dizer em reunião de Câmara que “as árvores estavam sensíveis”. Não admira, é que as sucessivas podas que lhes deram foram criminosas. Numa terra onde há muita gente que sabe podar, pois podar é uma coisa que os agricultores sabem fazer, sabe-se que são as árvores de fruto que devem ser podada e que as outras só devem ter intervenções de manutenção. -----

Há um Biólogo, que é talvez dos mais célebres em Portugal, e que vem aqui regularmente à nossa Terra a debates na Escola Secundária Marquesa de Alorna, o Biólogo Jorge Paiva, professor na Universidade em Coimbra, e diz que somos uma terra de criminosos, com o que fazemos às nossas árvores. -----





### **Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim**

Tenho pena que nesta terra não se goste de árvores. Exemplo disso, é o facto da Tília do Cemitério que foi classificada por iniciativa do VERDES, ainda não ter uma placa a dizer que é Património Natural Nacional e que se encontra classificada em Diário da República. -----

Não se valoriza esta classificação e esta árvore, que até está preservada. Quanto às outras que têm sido sucessivamente devastadas. Lamentamos a falta de sensibilidade. -----

Nós sabemos que com as árvores que ladeiam uma estrada, se tem que ter cuidado por causa da segurança, tem-se de fazer manutenção, mas o que se fez foi asneiras atrás de asneiras. -----

Espero que a lenha não vá parar a lareiras alheias, e que no orçamento do ano que vem apareçam as verbas da venda dessa lenha! Espero ainda que sejam replantadas imediatamente espécies autóctones, e bem plantadas de forma a não virmos a evocar o facto que elas criam insegurança para as abater. -----

Só para acabar, tenho uma outra questão a propósito dos regulamentos municipais. Fui ao site da Câmara Municipal, e verifiquei que grande parte dos regulamentos que aprovei ou rejeitei no mandato anterior e no outro, em reuniões de Câmara, sobre diversas matérias, não está publicada. Gostaria de saber porque e se há algum problema? -----

Por alerta da Vereadora Fátima Cardoso, fui ver o regulamento em consulta pública na página da Câmara e no Diário da República, e constatei que o Regulamento em consulta pública no Diário da República não corresponde ao Regulamento que está, em consulta, no Site da Câmara. Peço para terem atenção, pois diz consulta pública mas não tem nada a ver uma coisa com a outra. -----

Voltando às árvores, espero que as árvores tenham neste Concelho, melhor sorte nos próximos anos e que as gerações futuras não sofram do aquecimento acelerado nesta terra, por fruto dos abates sucessivos que se tem vindo a acentuar. -----

Peçam uma lição aos velhotes da terra, sobretudo como é que se poda, ou como é que se dá um jeito nas árvores para elas não criarem insegurança. -----

-----  
**AQUILINO FIDALGO** (Grupo do MICA) » » Boa tarde a todos. -----

Vou ser muito breve e, embora não seja este o assunto que me levou a pedir para intervir, e pegando na intervenção da Deputada Manuela Cunha, que subscrevo na integra. Mas, o assunto que levou a pedir para intervir e, embora possa parecer simplista, mas para quem se preocupa com esta matéria têm alguma importância.



### Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Gostaria de anunciar e relembrar que no dia três de Maio de dois mil e onze o Paço Real da Ribeira de Muge fará quinhentos anos, ano em que D. Manuel I deu instruções para que fosse reconstruído sobre o que talvez fosse uma pousada de origem Romana. Há um grupo de amigos do Paço de Paço dos Negros que está a promover uma pequena festa de comemoração do seu aniversário, simples e comedida, muito na medida das suas possibilidades, mas que será uma realidade e será um marco de comemorações pelo aniversário dos quinhentos anos do Paço Real da Ribeira de Muge em paço dos Negros. Oportunamente os órgãos oficiais serão convidados a estarem presentes. Mas, por agora deixo-vos o convite verbal. -----

**JOÃO LOPES** (Grupo do PPD/PSD) » » Boa tarde a todos. -----

Pedi a palavra neste ponto para dizer que não basta construir, é também preciso gastar e fazer algum esforço na manutenção. Falo nisto em relação a um caso em concreto, porque estive lá, que é a manutenção do espaço dedicado às crianças na zona do Charquinhos. É necessário fazer alguma coisa para se manter as infra-estruturas daquele espaço. Aquele espaço, desde que foi construído tem andado um pouco vetado ao abandono. As águas que lá estão e que antigamente corriam, não estão limpas convenientemente. Não há bebedouros, esses são as torneiras da casa de banho. Também um dos baloiços que lá estava inicialmente já lá não está. -----

**MARIA JOSÉ DIAS** (Grupo do PS) » » Faço meus as vivas do Senhor Presidente as Assembleia Municipal. -----

No entanto, acho que todos os planos que venham para Portugal, que tenham a ver com política, finanças...é importante, mas, também seria bom voltarmos aos valores morais, da verdade, da honestidade e busca do bem comum, pois se assim não for, todos esses planos podem falhar. -----

A segunda questão, que me toca bastante, como todos sabem, é que na Sexta-feira foi confirmado que se mantém a avaliação de desempenho aos Docentes. Concordo com a avaliação de desempenho, provavelmente noutros moldes que não estes, mas são os que temos. Deve haver avaliação de desempenho para que se promova a qualidade, eficácia e eficiência do sistema de ensino. -----

Por fim, vou passar à minha principal intervenção: -----

Amanhã, comemora-se o Dia do Trabalhador. Recordamos as lutas, as reivindicações e as vitórias alcançadas; recordamos também os que morreram a lutar. No entanto, hoje, gostaria de falar de um sector de trabalhadores que deixou marcas: as mulheres. Também nós estivemos nas lutas, apoiamos os pais, maridos e filhos, mas lutamos



### Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

igualmente por nós – pelo género com que nascemos e pelas trabalhadoras que somos. -----

O Século XX foi um marco importante na perspectiva dos Direitos das Mulheres: o direito ao voto, a igualdade em termos legislativos, a entrada em massa no mercado de trabalho, o acesso aos vários níveis de ensino, incluindo o superior, a libertação do corpo, a saúde sexual e reprodutiva, a ascensão a cargos públicos e políticos. -----

Antes de chegar a este patamar conquistado através dos tempos, as mulheres foram sobretudo encaradas como mães, tendo em conta a sua capacidade única de reprodução/criação de novas gerações. Foram as mães que criaram os homens da história, foram as mães que mantiveram a instituição família e foram elas que estiveram sempre na retaguarda prontas a defender as suas crias. Se no dia 1 de Maio se comemora o Dia do Trabalhador, não convém esquecer que também amanhã se comemora o Dia da Mãe. Tirando toda a envolvimento comercial, seria bom relembrarmos todos aquela que nos deu à luz e que, bem ou mal, nos marcou e marcará para o resto da vida. -----

Encontrei esta pequena história no meio de muitas outras na Internet. Achei-a tão pura na essência do que é ser mãe que decidi incluí-la nesta intervenção. -----

*Uma criança pronta para nascer perguntou a Deus: "Dizem-me que serei enviado para a Terra amanhã... Como é que eu vou viver lá, sendo tão pequeno e indefeso?"*

*E Deus disse: "Entre muitos anjos, eu escolhi um especial para ti. Estará à tua espera e tomará conta de ti".*

*Criança: "Mas diz-me, aqui no Céu eu não faço nada a não ser cantar e sorrir, o que é suficiente para que eu seja feliz. Serei feliz lá?"*

*Deus: "O teu anjo cantará e sorrirá para ti... A cada dia, a cada instante, sentirás o amor do teu anjo e serás feliz"*

*Criança: "Como poderei compreender quando falarem comigo, se eu não conheço a língua que falam?"*

*Deus: "Com muita paciência e carinho, o teu anjo ensinar-te-á a falar"*

*Criança: "E o que farei quando eu quiser Te falar?"*

*Deus: O teu Seu anjo juntará as tuas mãos e ensinar-te-á a rezar"*

*Criança: "Eu ouvi que na Terra há homens maus. Quem me protegerá?"*

*Deus: "O teu anjo defender-te-á mesmo que signifique arriscar a sua própria vida".*



### **Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim**

*Nesse momento havia muita paz no Céu, mas as vozes da Terra já podiam ser ouvidas. A criança, apressada, pediu suavemente: "Oh Deus, estou quase de partida, diz-me, por favor, o nome do meu anjo" E Deus respondeu: "O teu anjo chamar-se-á... MÃE!"*

Quero deixar aqui um louvor a todas as mães da História; a todas aquelas que não sendo anjos parecem que o são; e à minha mãe que é – desculpem-me – a melhor de todas. -----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» Antes de terminar este ponto, pergunto se existem Votos de Louvor, Saudação...? -----

Parece que existe uma intervenção, para além da anotada para a Deputada Maria José. -----

Quando o Deputado Luís Bárbara levantou o dedo, e pensei que fosse para me chamar á atenção. Admitindo que efectivamente têm o direito a intervir, dou-lhe a palavra. -----

**LUÍS BÁRBARA** (Grupo do PS) »» Muito obrigado Senhor Presidente da Assembleia. Boa tarde a todos. -----

Em primeiro lugar, gostava de me dirigir ao Senhor Drº José Manuel Sampaio, para lhe agradecer em meu nome pessoal, tudo aquilo que têm feito politicamente pelo nosso Município e pelo nosso Almeirim. Eu, apesar de não ter nascido em Almeirim, esta terra foi melhor madrastra que mãe. -----

Há muitos anos quando residia em Évora, que é a minha terra Natal, algumas pessoas minhas amigas vieram a Fátima e passaram por Almeirim, e a primeira coisa que me disseram quando me encontraram em Évora, foi; “em Almeirim há uma coisa excepcional, que é a estrada que se dirige para Santarém, têm um túnel arbóreo que é uma coisa incrível e extraordinária”. -----

Esse túnel está de facto a ser desbastado. Desbastado por quem necessita muitas vezes de sol para as suas plantações. Muitas vezes quando ia para Santarém via muitas dessas árvores serem cortadas por baixo, para que apodrecessem, isto nos anos oitenta. Nunca ninguém fez nada nessa altura. Hoje em dia, é a desgraça que é. Sobre o Paço da Ribeira de Muge, já tenho várias vezes solicitado ao meu caríssimo confrade aqui na Assembleia, Aquilino Fidalgo, que mostre os documentos coevos que tornam aquele, que vocês chamam pousada romana, mas que seria uma pousada de reis, um pavilhão de caça, que transformaram esse pavilhão em Paço. Gostava imenso de ver esses documentos coevos. -----



### **Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim**

Sobre os Charquinhos. Meu caro João Lopes, os Charquinhos e outras infra-estruturas do género são neste momento uma questão de educação. Por muito dinheiro que nós gastamos em bancos, baloiços, casas de banho... tudo dura pouco tempo, isto porque é uma questão de educação. -----

Sobre a avaliação de desempenho dos docentes, dito pela deputada Maria José, se for verdade inquina qualquer sistema avaliativo. Sobre o dia da Mãe, pelo qual tenho muito respeito, eu diria que com três letrinhas apenas se escreve a palavra mãe, sendo das mais pequenas têm o mesmo tamanho de pai. -----

**PRESIDENTE DA JUNTA FREGUESIA BENFICA DO RIBATEJO** »» Boa tarde Senhor Presidente. Boa tarde Senhores Deputados e público presentes. -----

Pedi para intervir, para deixar uma palavra de apreço e reconhecimento pelo trabalho que foi feito na estrada que liga Almeirim à Tapada. Por muito que nos custe, este é um mal necessário, por razões de segurança, nos longos anos que já levo na vida de motorista, presenciei uma morte naquela estrada. -----

Quantos pára-brisas é que se partem durante os invernos naquela estrada? Por tudo isto quero reconhecer que este trabalho era necessário para o bem da segurança de todos aqueles que naquela via diariamente circulam. Por fim, dizer que há árvores e árvores, que estas podem muito bem ser substituídas por outras, pois chegaram ao fim do seu ciclo de vida. -----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» Dado o avançado da hora vou pedir que sejam breves e a quem vou conceder ainda uma possibilidade de intervenção, que o façam com a maior brevidade possível. -----

Sendo assim, tem a palavra a Deputada Manuela Cunha. -----

**MANUELA CUNHA** (Grupo da CDU) »» Só quero dizer que concordo que há árvores e árvores, como há homens e homens na vida. Não somos todos iguais. -----

E voltando à intervenção que fiz sobre essa matéria, queria dizer que em Almeirim perdemos todos as referências da paisagem urbana e rural que fez a nossa memória., enquanto preservamos os cartões-de-visita negativos. Convido o Senhor Presidente da Assembleia Municipal a ir às casas de banho do Jardim da República, é lá que vão as pessoas que chegam a Almeirim, e compreenderá ao que me refiro quando falo em cartão-de-visita negativo. -----

**PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE ALMEIRIM** »» Há pouco o deputado João Lopes falou do Jardim dos Charquinhos. Por isso, eu não podia deixar de não falar nos Charquinhos, pois como sanem existe um protocolo de manutenção de espaços verdes entre a Junta de Almeirim e a Câmara Municipal, onde se inclui o



### **Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim**

Jardim dos Charcos. Pergunto ao senhor deputado João Lopes se têm lá passado nos últimos tempos e se verificou as substanciais melhorias naquele espaço? Se verificou que a manutenção e conservação é mais frequente? Não quero eu dizer com isto que a Câmara anteriormente não o fizesse, mas, nós temos reforçado o nosso esforço em intervenções de manutenção e reparação, de modo a que todos os espaços verdes sejam um cartão-de-visita para a Almeirim. -----

Quanto às águas paradas, justifico, dizendo-lhe que a opção foi não gastar água da rede pública de abastecimento doméstico, pois estas têm e deve ser poupada. Quanto às casas de banho, essas não são da nossa responsabilidade. Por fim, reconheço que grande parte dos problemas, tem origem na falta de educação ou mesmo ausência da mesma, tal como referiu o Deputado Manuel Luís Bárbara. -----

**AQUILINO FIDALGO** (Grupo do MICA) »» Sobre a intervenção do Drº Manuel Luís Bárbara, não a estranho. -----

Quanto à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Benfica do Ribatejo, espero que as suas ideias não se generalizem, para não ficarmos sem árvores. -----

Só para citar alguns botânicos conhecidos, que eu não sou “A poda é uma aberração praticada em cima de qualquer árvore que não seja uma árvore de fruto”. Desenvolve-se uma coisa que eles chamam de Frutoreia, que serve para promover a proliferação de frutos. -----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» Senhora Deputada Manuela Cunha, excepcionalmente vou-lhe conceder a palavra outra vez. -----

Já excedemos largamente o período antes da ordem do dia. -----

**MANUELA CUNHA** (Grupo da CDU) »» Porque a preocupação com as mortes na estrada é uma coisa louvável, seria bom que nesse caso o Governo construísse mais vias férreas e menos auto-estradas, porque o número de mortes nos auto-estradas portuguesas supera muito a morte por quedas de árvores. -----

Mas a minha intervenção é para saber se isto cumpre com o regulamento, até porque as Moções e outras coisas eram entregues antes da sessão para se ter tempo de ler. Agora só estão a chegar documentos em cima da hora. Julgo que isto não vai ao encontro do novo regulamento. -----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» Efectivamente há votos e votos. Há aqueles votos, que lendo-se, toda a gente entende e percebe no momento. -----



### Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Não vejo inconvenientes nenhuns que possam ser apresentados desta maneira. Há outros que efectivamente pelo seu conteúdo, necessitam de uma apreciação e, nessa altura deve ser distribuído antecipadamente. -----

A única coisa que tenho até ao momento, e que é apresentado pelo Grupo do PS, para louvar a equipa de FUTSAL de Paço dos Negros. Acho que este voto de Louvor, lendo-se toda a gente o entende e estará preparado para o votar em consciência, e é isso que vou pedir a seguir para fazerem após a ler o seu conteúdo. -----

----- *Voto de Louvor* -----

Louvar a Equipa de FUTSAL feminina da A.C.R.D. de Paço dos Negros pelo seu brilhante comportamento no campeonato Distrital da Associação de Futsal de Santarém, ao sagrarem-se campeãs Distritais e o conseqüente apuramento para o campeonato nacional da modalidade. -----

APROVADO POR UNANIMIDADE, um **Voto de Louvor à equipa de FUTSAL feminino da ADCR de Paço dos Negros “Pela sagração com campeãs distritais”**. -----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» Julgo que o Senhor Deputado Municipal João Lopes tinha um voto de protesto para fazer. -----

**JOÃO LOPES** (Grupo do PPD/PSD) »» Não é um voto de protesto é um protesto formal pela não entrega de relatório anual de avaliação do estatuto do direito à oposição. -----

A Lei vinte e quatro barra noventa e oito de vinte e seis de Maio que aprova o Estatuto do Direito de Oposição explicita no número um do seu artigo décimo “Relatórios de avaliação” que: “(...) os *órgãos executivos (...) das autarquias locais elaboram, até ao fim de Março do ano subsequente àquele a que se referam, relatórios de avaliação do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias constantes da presente lei*”.

Por entendermos que desta forma não se presta, nem um bom serviço à Democracia, nem ao Concelho de Almeirim, nem aos seus cidadãos, decidiu o Grupo Municipal do PPD/PSD apresentar este Protesto no sentido de se evitarem situações idênticas no futuro. -----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» Espero que a sua entrega na Mesa, para depois o fazermos seguir para o Executivo Municipal. -----

**PRESIDENTE DA CÂMARA** »» Boa tarde a todos os Deputados Municipais. Pedi a palavra para referir duas questões que no decorrer desta Assembleia fui particularmente sensível. A primeira delas, que para mim das mais importantes, é a do abandono da vida autárquica do Drº José Manuel Sampaio. Isto porque numa



### **Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim**

assembleia em que estamos a festejar o 25 de Abril e o 1º de Maio, é pena que seja anunciada a retirada de um autarca que tem dado muito a este Concelho, que está sempre disponível para participação nas questões que dizem respeito á nossa população e á nossa autarquia. É com muita mágoa que eu o vejo abandonar a Assembleia Municipal. Só espero que o tempo lhe permita repensar nisto e voltar ao nosso convívio, para que com a sua participação possa melhorar a vida da autarquia. Obrigado pela sua participação até aqui. -----

Depois, queria referir-me ao problema das árvores da estrada que liga Almeirim a Santarém. -----

Quero dizer que uma das primeiras pessoas que foi sensível ao corte das árvores fui eu. Porque eu sempre conheci aquelas árvores na estrada de Santarém, faziam parte da minha vida e do património, e portanto lancei muitas interrogações quando se fez a opção de se cortar as árvores. Mas, também os argumentos que foram evocados, tenho de reconhecer que têm peso, que é o facto de oferecerem perigo ao trânsito naquela via, que é bastante, quer a vidas e bens, como para a autarquia que tem de indemnizar os prejuízos causados. Fui sensível a esse argumento, embora manifeste a minha pena pelo facto de realmente se estarem a substituir árvores que fazem parte da minha vida. -----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» Vamos passar para o primeiro ponto da Ordem de trabalhos, que diz respeito à informação escrita. -----

#### -----ORDEM DO DIA-----

----- (alínea E do número um do artigo quarto do Regimento) -----

**PONTO UM** – APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA APRESENTADA PELO PRESIDENTE DO EXECUTIVO MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA E) DO NÚMERO UM, DO ARTIGO QUINQUAGÉSIMO TERCEIRO, DA LEI NÚMERO CENTO E SESENTA E NOVE, BARRA, NOVENTA E NOVE, DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI NÚMERO CINCO, TRAÇO A BARRA, DOIS MIL E DOIS, DE ONZE DE JANEIRO, CONJUGADO COM O ESTIPULADO NA ALÍNEA E) DO NÚMERO UM, COM A PREVISÃO DO NÚMERO NOVE DO ARTIGO QUARTO NOS TERMOS DO ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO DO REGIMENTO DESTA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

**PRESIDENTE DA CÂMARA** »» Não queria dizer muito mais do que está escrito. Esta é umas informações que como sempre, prestamos à Assembleia sobre aquilo que de





### Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

mais relevante se efectuo no Executivo. No fundo é dar cumprimento a um preceito legal e político. -----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» Estão abertas as inscrições para o ponto um da Ordem de Trabalhos. -----

**MANUELA CUNHA** (Grupo da CDU) »» Só queria fazer algumas observações. Na informação escrita da Câmara Municipal, pode-se ler o seguinte: - “Continuamos com as obras no Centro Escolar de Fazendas de Almeirim”. Sobre isto, só queria ler o rascunho da acta da última reunião de Câmara onde um dos pontos agendados era o seguinte: “Apreciação e aprovação do pedido de autorização de despesa de concurso do projecto, programa, procedimentos e caderno de encargos para o concurso do Centro Escolar de fazendas de Almeirim”. Esta Câmara é toda uma história, de facto. Isto nem vale a pena comentar. O concurso foi lançado na Segunda-feira, as obras continuam, diz o balanço anterior. Isto não merece mais comentários. -----

Diz ainda a mesma informação., em baixo, a propósito da ETAR Almeirim/Alpiarça, “O Sistema está agora a funcionar em pleno”. Eu só acrescentaria; Estará? -----  
Veremos! O tempo estará cá para dizer se aquele investimento é o mais eficiente e foi razoável, porque a mesma coisa foi dita quando a ETAR foi construída. -----

Terceira questão – Lê-se na última página desta informação, que existem dívidas a fornecedores, de um milhão, quinhentos e tal mil euros. Na informação da reunião de catorze de Fevereiro, a verba era um milhão, trezentos e tal mil euros. Na informação de catorze de Dezembro de dois mil e dez a mesma verba era de um milhões cento e oito mil. Como podemos constatar as dividas a fornecedores não têm parado de aumentar, num momento em que nós sabemos que as pequenas e médias empresas estão a confrontar-se com problemas graves. -----

Quarta questão: Mais uma vez, com esta informação, ficamos a saber aquilo que já sabemos de longa data: que a Câmara de Almeirim está na RESIURB; está na TAGUSGÁS...mas, aquilo que deveríamos e tínhamos o direito de saber, que é o estado da gestão dessas empresas, sobre isso nada. Relativamente a isso Senhor Presidente da Assembleia Municipal, é o Senhor que a nossa bancada agora interpela. Porque o Senhor Presidente tem de garantir que os membros desta Assembleia tenham acesso aos documentos que a Lei prevê. O mesmo acontece com os processos judiciais. Por isso, antes que eu venha aqui fazer uma intervenção igual ao do Drº José Manuel Sampaio, de despedida, espero chegar ainda um dia a ver o resultado destes pedidos, concretizados na informação escrita. -----



### Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

**AQUILINO FIDALGO** (Grupo do MICA) »» De alguma forma já fui um pouco substituído pela Deputa Manuela Cunha. De qualquer forma, há aqui algumas ausências nesta informação escrita, que penso serem pertinentes, na altura em que verificamos algumas manifestações sociais em relação ao funcionamento e não funcionamento dos nossos Centros de Saúde, em diversas extensões e unidades de cuidados de saúde personalizados. É uma pena não termos nenhuma referência de iniciativas por parte da Câmara, no sentido de colmatar algumas carências em relação ao funcionamento do nosso sistema de saúde, à semelhança do que fazem outras Câmaras. Não menos importante, quero referir-me ainda ao seguinte: -----  
Aprecia-se hoje nesta Assembleia Municipal mais uma informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----  
Gostava de iniciar a minha intervenção com duas notas prévias ao documento e à forma como o mesmo é aqui apresentado: -----  
Em primeiro lugar e de acordo com a Lei cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro a informação escrita deve conter também a informação sobre a situação financeira do Município. -----  
Não nos foi facultado a informação semestral (nem do primeiro nem do segundo semestre) sobre a respectiva situação económica e financeira elaborada pelo auditor externo, ainda não nos foi facultado qualquer documento de prestação de contas das empresas intermunicipais em que a câmara participa. -----  
Em segundo lugar e mais uma vez não nos foi entregue a completa e rigorosa informação sobre os recursos hierárquicos e processos judiciais pendentes e estado actualizado dos mesmos. (de acordo com o estipulado no número quatro do artigo sessenta e oito da Lei cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro republicada em anexo à Lei cinco – A barra dois mil e dois de onze de Janeiro); Já anteriormente chamamos a atenção para esta situação e sistematicamente o Senhor Presidente não cumpre com a Lei. Do nosso ponto de vista trata-se de uma situação de enorme gravidade e inaceitável para quem pretende exercer plenamente as funções políticas para que foi eleitos pela população. -----  
Do que está escrito na “pretensa “informação escrita” temos que realçar algumas situações, que ferem claramente os interesses da população do concelho de Almeirim  
**A) Situação dos Centros de Saúde no Concelho**, nem uma referencia á difícil e incompreensível situação nos centros de saúde, em que o executivo municipal tem que assumir os seus compromissos para com a população de Almeirim. -----



### Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

**B) Situação dos arruamentos em Paço dos Negros e Foros de Benfica**, situação que referimos na Assembleia Municipal de Fevereiro, mas cuja degradação continua com prejuízos e implicações graves na vida das pessoas e sem que sejam dadas garantias de reposição da qualidade de circulação de pessoas e viatura em tempo aceitável. -----

**C) Situação da Construção das ETAR'S na Raposa e Paço dos Negros** – Sobre estas pseudo-construções talvez o senhor presidente nos queira informar sobre o significado e até sublinhado “com a colaboração das Águas do Ribatejo”. Então não afirmou sempre que eram obras que se foram possíveis no concelho através da Águas do Ribatejo? Esclareça-nos. São obras realizadas pela empresa Águas do Ribatejo ou obras realizadas pela câmara com a colaboração das Águas do Ribatejo? ----- Estas obras têm todo em comum o facto de se tipificarem como uma clara violação da Lei, quer ambiental quer do PDM de Almeirim. -----

Que fique bem claro que nunca teve conhecimento: -----  
Da emissão de qualquer licença de utilização de recursos hídricos (rejeição de águas residuais instalações industriais), emitida pela CCDR de Lisboa e Vale do Tejo; -----  
Que nunca tivemos conhecimento, nem se encontra afixada nestas obras o respectivo licenciamento municipal, licença de construção da ETAR enquanto operação urbanística, ou que a mesma tivesse alguma vez sido requerida à Câmara Municipal;  
Que em relação à sua localização as mesmas encontram-se localizadas na REN (Reserva Ecológica Nacional) ou na RAN (Reserva Agrícola Nacional), sendo que desconhecemos qualquer alteração do PDM de Almeirim de modo a permitir estas obras. -----

Que, desconhecemos a existência do estudo de impacte ambiental, duvidamos que o mesmo tivesse sido elaborado, pois no mesmo terá que ser justificado, dado que o regime que regula a ocupação do solo nestas áreas permite a implementação deste tipo de infra-estruturas, desde que seja demonstrada a inexistência de uma localização económica e tecnicamente mais viável em áreas não afectas à REN; que conforme dispõe o artigo um, número quatro da Lei de Avaliação do Impacto Ambiental. -----

No caso concreto o referido anexo II, no seu ponto onze, b) i) refere explicitamente que estão sujeitos a Avaliação de Impacto Ambiental as instalações de Estações de Tratamento de Águas Residuais em áreas sensíveis e até cinquenta mil habitantes. ----  
Desconhece-se se foi elaborado qualquer estudo de avaliação de Impacto Ambiental dado que nunca esteve em consulta pública; Anote-se que o número três do artigo sexto do Regulamento do PDM de Almeirim, estabelece que “ nos solos da RAN e



### Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

REN, quaisquer utilizações não agrícolas carecem de parecer favorável da Comissão Regional da Reserva Agrícola para os terrenos da RAN e da CCDD - LVT para os terrenos da REN”. Por outro lado, tanto quanto julgamos saber e nos termos da Lei, “as novas edificações no espaço florestal ou rural têm de salvaguardar a distância à estrema das propriedades vizinhas de uma faixa de protecção nunca inferior a cinquenta metros. Medidas que não foram salvaguardadas. -----

Por isto tudo não nos admira nada que venha a acontecer o mesmo que está a acontecer no CENTRO ESCOLAR DA FAZENDAS DE ALMEIRIM, isto é que sejam anuladas as decisões sobre a localização destas construções por violação do PDM de Almeirim. Repudiamos a prática que muito enferma a nossa economia e desenvolvimento sustentado de que os prevaricadores e maus gestores nunca sejam responsabilizados. -----

A) Centro Escolar de Fazendas de Almeirim – ficamos de certo modo espantados com a informação de que “continuaram as obras no Centro Escolar de Fazendas”. Então será que o senhor presidente da câmara não nos quer explicar o que quer dizer a informação interna que o senhor arquitecto Artur Sampaio que descreve “contactei telefonicamente (vinte e oito de Fevereiro) a Procuradora da Republica Dr<sup>a</sup> Ana Branquinho Dias que me informou da necessidade de aprovação pelo executivo municipal do projecto do Centro Escolar de Fazendas de Almeirim, uma vez que a anterior aprovação é nula por desacordo com o Plano Director Municipal”. Como é que vai solucionar esta grave situação de sua inteira responsabilidade? Julga que será com a abertura e aprovação de um concurso, por ajuste directo de um obra que já se encontra realizada? Isso não é só fraude é um crime? -----

B) Dívidas aos fornecedores - em Dezembro havia um milhão cento e oito mil novecentos e cinquenta e oito, ponto cinquenta e oito euros, em Fevereiro já era de a um milhão trezentos e oitenta e quatro mil. Agora, segundo o que nós é apresentado, as dívidas a fornecedores já ultrapassam um virgula cinco M. Em apenas três meses aumentou aumentos quatrocentos mil euros. Como é possível o senhor presidente chegar a esta dívida? Será que não entende que está a prejudicar seriamente a população de Almeirim? Será que não entende que a câmara está em situação de falência não conseguindo recursos para cumprir os seus compromissos? Será que não é chegado a altura de pedir a ajuda ao fundo de emergência municipal para “salvar a ruptura financeira da câmara municipal”? -----

Senhor Presidente, senhores vereadores, senhores deputados municipais infelizmente continuam a não estar no caminho certo. Esta persistência de fazer mal e errado



### Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

prejudica o concelho de Almeirim, prejudica a população de Almeirim, favorecendo apenas os interesses de alguns, poucos, com graves prejuízos, ainda que diluídos no tempo de muitos outros. -----

**MARIA JOSÉ DIAS** (Grupo do PS) » » Pegando na última intervenção que fiz na última assembleia, que ficou pouco esclarecedora. Quando eu fiz essa intervenção, não queria de modo nenhum tornar algumas culpas à Escola ou ao trabalho da Câmara. O apoio Social Escolar funciona, e até funciona mais que aquilo que é pedido legalmente. Os meninos têm direito a uma refeição, neste caso o almoço. Neste momento a escola serve pequenos-almoços, lanches...e existem uma serie de apoios. O que funciona, funciona mesmo bem, muito por vontade da escola e da Câmara juntos. O Problema somos nós cidadãos, que face ao outro, não reconhecemos as nossas atitudes. -----

**JOÃO LOPES** (Grupo do PPD/PSD) » » Mais uma vez uma boa tarde aos presentes. – Relativamente à informação escrita, como não podia deixar de ser, apesar de já ter sido aqui referido, reforçamos e continuamos a dizer que esta informação escrita é incompleta pois não cumpre a Lei, nomeadamente o artigo sessenta e oito, da Lei das Autarquias Locais, no que toca aos processos judiciais que são omissos e não cumpre com o artigo cinquenta e três, número um, pois não têm as contas associadas, as entidades nas quais a autarquia participa. -----

Quero dizer também que estive presente naquela visita que foi organizada pelas Águas do Ribatejo. Gostei de participar na visita para tomar conhecimento das situações e para colocar algumas questões. Fiquei com sensação após as questões que coloquei, e apesar de não ter todos os elementos pois ficaram de ser entregues esclarecimentos a várias questões que coloquei, que se aproximam e são inevitáveis fortes aumentos nas águas. -----

Quero também dizer que o prazo médio de pagamentos está efectivamente mais elevado e que historicamente têm vindo a aumentar. Ainda por cima ter cerca de um virgula cinco milhões de dividas a fornecedores, quando se têm um virgula três milhões no banco causa me sempre alguma estranheza. Porque a Câmara não estará a pagar o mais depressa possível as suas dívidas? -----

Quando começou a crise económica uma das medidas que o PSD apontou na altura, era prescindir dos prazos de pagamento que eram estabelecidos, dado que havia muita dificuldade no acesso ao crédito, e fazer pagamentos adiantados, de modo a injectar dinheiro nas empresas. -----



### **Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim**

Gostava que na próxima vez visse aqui referidas algumas obras de manutenção, por exemplo, relativamente aos Charquinhos, já que este tema suscitou tanta polémica. --- Quero também, relativamente à parte das contas, dizer que mais uma vez vejo com preocupação o défice corrente, que existe nesta data. As contas são reportadas a três de Abril de dois mil e onze. As despesas correntes vão com uma taxa de execução que permite estimar que no final do ano estará próximo dos cem por cento, que mais ou menos comum. As despesas estão superiores às receitas em cerca de trezentos mil euros. O défice corrente é de dez por cento e o défice total é de zero virgula dois por cento. -----

**LUÍS BÁRBARA** (Grupo do PS) » » Gostaria de me dirigir ao Senhor Presidente da Câmara, se vossa Excelência me permite. Dizer-lhe que se esqueceu de escrever na informação escrita uma situação que várias vezes a oposição solicitou e até duvidava, que o caso da abertura da Ponte D. Luis. Em tempo útil. -----

**AQUILINO FIDALGO** (Grupo do MICA) » » as preocupações eram só porque simplesmente as pessoas não a podiam utilizar. Azar dos azares, concluiu-se as obras na Ponte, inicia-se o abate das árvores, e as pessoas não podem passar na mesma. –

**PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE ALMEIRIM** » » Eu penso que esta informação escrita do Senhor Presidente da Câmara peca por escassa. Nas reuniões que eu tenho com a Vereadora Maria Emília, sobre acção social, devíamos fazer reflectir em relatório a quantidade de pessoas que nos aparecem com necessidades ao nível da alimentação, apoio na saúde...penso que esta informação peca por escassa. -----

**MANUELA CUNHA** (Grupo da CDU) » » Concordo com a primeira parte da intervenção do Senhor Presidente da Junta. E só queria acrescentar que em tempos pedimos um relatório sobre os apoios sociais que têm sido concedidos, até porque é importante que nós tenhamos a noção do estado a que este Governo deixou o País e o estado de pobreza em que deixou as pessoas. Esse relatório é muito importante. -----

**PRESIDENTE DA CÂMARA** » » Começava pelo fim, porque a Senhora Deputada Manuela Cunha, utilizou um termo incorrecto “O Estado em que este Governo deixou o País”. É que ele ainda não deixou o país e, provavelmente não vai deixar. Com Deputados como os que temos por Bragança, provavelmente não vai deixar. ----- Quereria referir duas ou três coisas que foram aqui levantadas. Uma delas é sobretudo sobre a gestão das empresas onde a Câmara de Almeirim têm participação. Eu convidava o Senhor Presidente da Assembleia a estar presente eu reuniões que façamos com os serviços jurídicos, no sentido de avaliarmos quais as empresas onde



### **Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim**

se terá de prestar informações especiais aos Senhores Deputados da Assembleia Municipal. Isto para não estarmos a cair no erro de estarmos a omitir informação em relação às dívidas a fornecedores, ela têm vindo a aumentar, pois como sabem, os recursos à nossa disposição, são cada vez menos. Para que a informação fique completa, convidava também os Senhores Deputados de modo a que possamos ajuizar do nível das nossas dívidas, comparativamente com as outras Câmaras do País Talvez na ANMP consiga obter essa informação. -----

Em relação ao Centro de saúde, não sendo da nossa responsabilidade, tenho que reconhecer que é o calcanhar de Aquiles dos serviços oficiais dos vários Concelhos. – Sobre o asfalto nas Ruas de Paço dos Negros, pelo menos o Senhor Deputado aquilino deixou pôr a última pazada nos buracos. Mas, tenho de lhe dizer uma coisa, as valas que são abertas para meter a tubagem, tem de estar algum tempo sem asfalto, sob pena de não se fazer os abatimentos necessários à sua consolidação. ----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» Anoto com satisfação até porque dá algum conforto ao Presidente da Assembleia Municipal o repto de nos encontrarmos com o gabinete jurídico e chegarmos à conclusão de uma vez por todas, quais são as empresas, uma vez que a participação da Câmara nas diversas empresas é distinta. Quais são ou não que devemos informar. Gostaria de saber isso com toda a certeza. Temos de apresentar elementos mais detalhados perante os deputados. -----  
Agradeço-lhe e vou aproveitar com satisfação a proposta que me fez. -----

**PONTO DOIS - APROVAR O RELATÓRIO DE GESTÃO DE DOIS MIL E DEZ E AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE DOIS MIL E DEZ, BEM COMO A APRECIACÃO DO INVENTÁRIO DE TODOS OS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES DE ACORDO COM O PREVISTO NA ALÍNEA C) DO NÚMERO DOIS DO ARTIGO CINQUENTA E TRÊS DA LEI CENTO E SESENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO ALTERADA PELA LEI CINCO – A BARRA DOIS MIL E DOIS DE ONZE DE JANEIRO, CONJUGADO COM O ESTIPULADO NO ARTIGO QUARENTA E SETE (NÚMERO UM E DOIS) DA LEI DOIS BARRA DOIS MIL E SETE DE QUINZE DE JANEIRO, PARA CUMPRIMENTO DO ARTIGO QUARENTA E SEIS DA CITADA NORMA LEGAL. -----**

**PRESIDENTE DA CÂMARA** »» Não é questão de volto, no entanto gostava de introduzir o tema na medida em que se vamos discutir um dos documentos fundamentais da gestão da Câmara. Eu na introdução do relatório, costume sempre



### Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

mencionar factores que são positivos e os que condicionam a acção do executivo. E, aquilo que tem condicionado mais, como se sabe, é as receitas que estão à disposição das Câmaras Municipais, de uma maneira geral. As receitas próprias tiveram um decréscimo sensível, provavelmente vem mais cortes ao que se têm anunciado por parte do Orçamento de Estado, pelo que a vida das Câmaras, será cada vez mais difícil. No entanto quero dizer que estou nesta Assembleia de consciência tranquila em relação aquilo que é as possibilidades que estão à disposição da Câmara nos permite fazer. O facto de também estarmos na Comissão de Coordenação do Alentejo, confesso que têm alterado, e esta alterado, é prejudicado a execução daquilo que nós candidatamos ao QREN, porque o ritmo do Alentejo é um bocadinho diferente do nosso. Não é desprimor, mas é talvez um hábito daquela população. Desculpem os alentejanos, mas o ritmo é um bocadinho mais lento e isso têm tido influência também na execução dos projectos das Câmaras da Lezíria, não só a de Almeirim, mas de outras. Dadas as condições financeiras que hoje afectam os orçamentos das Câmaras, a nossa capacidade de execução é totalmente afectada para o bem e para o mal que possamos candidatar e ver aprovado em termos de comparticipação financeira. -----

No que diz respeito ao Alentejo, as coisas não são muito famosas. No entanto, eu chamo à atenção da página três do relatório e contas, que no seu ponto um ponto quatro diz no que respeita ao investimento porque no fundo diz respeito às Câmaras, e é isso que interessa fundamentalmente, diz ai que este aumentou em cerca de vinte e um vírgula oitenta e sete por cento em relação ao ano anterior. Não se pode considerar de todo desprimoroso. -----

Finalmente, lanço um desafio aos auditores que estão presentes na sala, para que, e se por ventura algum deputado da Assembleia pretender um esclarecimento adicional, agradecia que com a sua sempre pronta disponibilidade, pudesse fazer algumas referencias às questões levantadas. Isto porque ter uma auditoria, também é um certificado de verdade nas contas que estamos a apresentar à Assembleia. -----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» Aceitando efectivamente a sugestão, se for solicitada, vamos passar à discussão deste ponto. -----

**MANUELA CUNHA** (Grupo da CDU) »» Senhor Presidente, se me permite e antes de entrar no Orçamento e Relatório de Gestão e Demonstração Financeira aqui de Almeirim, queria fazer duas observações depois da intervenção do Senhor Presidente da Câmara. A primeira é que a bancada da CDU lamenta o corte de verbas às autarquias, porque achamos que é a este nível que as necessidade das populações





### **Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim**

podem ser mais bem avaliadas e tidas em conta. Bem que esta não seja a prática em todos os Municípios. Quanto ao ritmo dos Alentejanos, devo dizer que é com grande orgulho que oiço aqui dizer que no Alentejo que o ritmo é outro, eu diria que no Alentejo não põe o carro à frente dos bois, e não se começa a obra antes do concurso público, tal com em Almeirim. Isto é graças à escola do poder autárquico da CDU. Porque a CDU não põe os pés em precipícios, quando avança é firme e segura, com o trabalho devidamente assegurado. Mas também devo dizer Senhor Presidente, que nos traga aqui o número de candidaturas aos projectos europeus que perdemos porque não chegamos a tempo, porque não apresentamos a tempo e horas. São raros, se não foram nulos. Para acabar, sobre o Alentejo e as verbas. É também no Alentejo que as exigências das CCDR's às autarquias da CDU em termos de papelada, não se comparam com as exigências que são feitas às outras autarquias do país. De facto, lá são chatos, chatinhos, não é por acaso, mas pronto. Isto foi uma pequena observação, porque de facto ainda bem que assim é, a CDU deixou escola e às vezes se calhar já está a afectar a autarquia de gestão PS, ainda bem. -----

Quanto ao Relatório de Gestão do Município, o que eu gostaria de dizer em nome da bancada da CDU é o seguinte: Acusamos estes documentos apresentados pela maioria PS, de se pautarem pela falta de rigor e de transparência. Achamos que traduzem a má gestão e o mau funcionamento dos serviços do Município e não cumpre a Lei. -----

Acabo de citar as minhas palavras da acta ano anterior, porque continuam válidas este ano. Não vou repetir o que já alguns Vereadores da oposição disseram na reunião de Câmara, vou só dar alguns exemplos para que os cidadãos compreendam até que ponto as acusações que aqui fazemos são acusações responsáveis, e não uma questão de má-língua política. -----

Falta de rigor – O ano passado eu fiz uma demonstração como o património municipal não correspondia em nada, não só às exigências legais mas como também á verdade do património. O que é incrível, é que um ano depois, o património enferma dos mesmos males e o relatório do ROC diz exactamente isso e já o dizia o ano passado. - Há uma diferença de um milhão quinhentos e tal mil euros, entre o valor apurado e o valor da gestão relativamente ao património. Não é por acaso que continuamos a encontrar património...todo o património que foi transferido para as águas do Ribatejo. A partir daí todos os valores da Câmara estão adulterados, todos... Depois continuamos a encontrar muito património sem localização, não sabemos onde pára. Continuamos a encontrar só uma parte das estátuas do Concelho. Enfim, continuamos



### Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

a ter quase tudo como no ano passado. Por exemplo, aquela questão que eu aqui coloquei numa reunião relativa às estruturas de ensombramento do parque da Rua de Alpiarça, os materiais adquiridos não aparecem. Mas há um contrato assinado desse ensombramento. Então não foi considerado o contrato? Onde estão as estruturas de ensombramento que custaram dezasseis mil euros? É só para nos explicarem, porque também não vem no património e houve um contrato, pois aparece no portal do Governo. -----

Este são alguns exemplos da falta de rigor naquele documento e não vale a pena ir mais longe, mas poderia dar inúmeros outros exemplos. -----

Quanto á falta de transparência na gestão Municipal que tem vindo a ser apontada pela CDU vou dar só um exemplo. A senhora Vereadora da Educação que têm a parte do Agrupamento das Fazendas de Almeirim, chocou-se muito e veio dizer para os jornais que aquilo das cantinas era má-língua e politiquices da CDU. Bom, quem diz mal do comer não sou eu, não como lá, foram os pais das crianças e as crianças. Mas quanto às contas e ao negócio da entrega das refeições à UNISELF, esse sim, já me posso pronunciar, mesmo sem provar, chega consultar os documentos disponíveis no portal do Governo. E aí, podemos verificar que a Câmara Municipal de Almeirim lançou um concurso público para refeições escolares do agrupamento de Almeirim que foi adjudicado à UNISELF. Nós votamos contra. Este concurso não integrava o agrupamento de Fazendas de Almeirim. Mas, em Setembro de dois mil e dez a UNISELF passou também a fazer as refeições do Agrupamento Escolar de Fazendas através de ajuste directo contratado em Outubro de dois mil e dez. Esta questão não foi levada à reunião de Câmara, é verdade que o valor não obrigava. Este ajuste directo à UNISELF foi feito pelo valor de sessenta e nove mil seiscentos e um euros. Estranhamente este ajuste não foi para o ano lectivo todo, mas só para cento e vinte dias. Entretanto já este ano a quatro Fevereiro de dois mil e onze no mesmo ano lectivo, é feito novo ajuste, com a UNISELF no valor de trinta e nove mil novecentos e dois euros, preço contratual. Acontece que a soma destas duas adjudicações atinge o valor de cento e nove mil euros, isto é, ultrapassa aquilo que a Lei, dos contratos públicos permite. A contratação pública não permite desdobrar verbas em dois ajustes, quando elas ultrapassam, na aquisição de serviços, os setenta e cinco mil euros. Aqui ultrapassa. Mas mais, a Lei não permite que se volte a fazer novo ajuste directo com uma empresa com a qual se tenha feito um ajuste directo no mesmo ano ou nos dois anteriores, o que é o caso. Conclusão; há aqui duas violações do cumprimento do código da contratação pública. -----



### Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Este é um exemplo da violação da Lei e da falta de transparência na gestão Municipal. Outros exemplos poderiam ser dados sobre a falta de democracia. Como por exemplo o facto de não ter sido entregue o relatório de avaliação do direito de oposição que é obrigatório. -----

Para além disso, o défice aumentou em cerca de trinta por cento e o endividamento em mais de uma milhão. A execução orçamental anual fica pelos sessenta por cento. Quanto à execução global, fica pelos cerca de cinquenta por cento. -----

Conclusão, não vale a pena estarmos aqui a chover mais no molhado. Acho que chega para demonstrar a falta de rigor e de transparência e a má gestão reflectida nestes documentos. E assim têm vindo sucessivamente a acontecer desde que eu sou autarca, ainda não conheci outra experiência. Espero ainda ter o prazer de conhecer, antes de sair desta casa, uma experiência de demonstração de transparência e rigor na prestação de contas e na gestão municipal, que venha romper com este ciclo de dúvidas e de má gestão Municipal que de facto lamentamos. -----

Para finalizar, gostaria de saber em termos financeiros os impactos que vai ter a história do Centro Escolar de Fazendas de Almeirim, ou se tudo o que se passou com o Centro Escolar de Fazendas de Almeirim não têm repercussões financeiras? É uma pergunta que aqui deixo ficar. -----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» Senhora Deputada Manuela Cunha, queria comunicar-lhe que gastou o dobro do tempo que tinha para abordar este assunto. Não lhe interrompi a palavra dada a importância do tema em debate. No entanto peço que os deputados tenham isso em conta, porque senão estamos aqui até à meia-noite, apesar de termos começado às catorze e trinta. -----

**JOÃO LOPES** (Grupo do PPD/PSD) »» Relativamente à prestação de contas do ano de dois mil e dez, temos para dizer a perspectiva que o PSD tem sempre relativamente às contas que nós aqui não estamos unicamente a votar um documento contabilístico, estamos a votar também a performance que teve este executivo durante o ano. Nós ponderamos obviamente isso. O que nos interessa aqui é a performance política, isto é, se fizeram ou não aquilo que tinha a fazer, e se tomaram as opções acertadas. É isso que nós vamos julgar. -----

Começamos por dizer que relativamente ao património que nos foi cedido, ele como já vem sendo hábito, é fornecido em ficheiro refere um total do Valor Actual, um total do Valor Líquido e um total de amortizações, que é diferente do apresentado nas contas. Tal significa que a Câmara não sabe o valor do património ou não o tem adequadamente inventariado. Qual a credibilidade desta lista? As diferenças que



### **Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim**

apurámos em termos líquidos são de cerca de quatrocentos e um mil euros. Esta diferença origina uma reserva evidenciada na Certificação Legal das Contas apresentada pelo ROC em oito de Abril de dois mil e onze, ou seja, não é possível validar os números que são apresentados em termos de património. -----

Sobre o balanço social o PSD faz a seguinte apreciação. -----

A análise do Balanço Social, mais uma vez, confirmou tudo aquilo que o PSD tem vindo a dizer sobre a forma como os recursos humanos da autarquia têm sido maltratados, por falta de formação e falta de atenção às mais elementares medidas de protecção ao nível de SHST – Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho. A CMA deu apenas em média dois vírgula treze/horas de formação/ano/trabalhador o que é manifestamente pouco, e bastante menor que as três vírgula zero quatro/horas do ano anterior, o que indicia bem o desprezo pela formação dos colaboradores. A formação teve um custo de € vinte e dois euros e sessenta e três/trabalhador. Cerca de oito por cento dos funcionários da Câmara tiveram um acidente de trabalho em dois mil e dez, com perda de quatro vírgula sete dias/funcionário/ano pelo facto de ter havido esses mesmos acidentes. Tal reflecte-se também no facto de haver trinta e três vírgula zero três/horas/trabalhador/ano de trabalho extraordinário, nocturno e em dias de descanso/feriados ao custo de duzentos e oitenta e dois euros e oitenta e três centimos/funcionário. Os Recursos Humanos têm que ser estimados, desenvolvidos e orientados convenientemente; -----

Balanço e Demonstração dos Resultados oferece a seguinte leitura:

Um - Os Critérios de valorimetria das Imobilizações referem no ponto 4.1.9 que “nos casos em que os investimentos financeiros, relativamente a cada um dos seus elementos específicos, tiverem, à data do balanço, um valor inferior ao registado na contabilidade, este pode ser objecto da correspondente redução, através da conta apropriada.” Assim sendo a CMA deveria anexar as contas das entidades nas quais participa, por uma questão de transparência e para criar a respectiva provisão para investimentos financeiros se necessário. Tal é aliás obrigação da Câmara de Almeirim, pois segundo o número um do artigo cinquenta e três da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada pela Lei número cinco – A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro na alínea c) e d) já são obrigatórias no sentido de que todas as contas deveriam ser entregues aos membros da Assembleia Municipal que é o órgão fiscalizador; -----

DOIS - Há mais uma ilegalidade muito grave na ALDESC: apesar de estar aprovada a sua liquidação em Dezembro de dois mil e nove não está ainda, à data de vinte e



### **Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim**

cinco de Abril de dois mil e onze, registada a mesma na Conservatória do Registo Comercial de Almeirim; -----

TRÊS - No dia vinte e seis de Abril a OTOC publicou o “Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses dois mil e nove” no qual são dados destaques ao melhores e piores de Portugal. O Município de Almeirim é referido por duas vezes por maus motivos: por fazer parte dos “Municípios que não apresentam proveitos diferidos” e por ocupar o 14º lugar (17º no ano anterior) lugar na lista dos “Municípios com menores resultados económicos”, com quatro virgula seis milhões de euros. Com o resultado de dois mil e onze vê-se como Almeirim luta de forma árdua para tentar alcançar o 1º lugar de entre os piores de Portugal; -----

Sobre a análise Orçamental / Económica: -----

Um - O Grau de Cumprimento Orçamental das despesas correntes é cerca de oitenta e três por cento, enquanto o das despesas de capital é de, apenas, sessenta e um por cento Tal significa que o executivo se limita a fazer gestão corrente olvidando os investimentos do município em diversas áreas; -----

Dois - Comparativamente ao orçamento podemos ver que as receitas de capital - transferências de capital são inferiores ao previsto em cerca de dois virgula um milhões de euros e as receitas de capital – passivos financeiros em zero vírgulas oito milhões de euros. Esta maioria Socialista não consegue orçar com credibilidade;

Três - As despesas diminuíram comparativamente a dois mil e nove cerca de zero virgula seis milhões de euros (menos quatro por cento), principalmente pela diminuição das despesas correntes em cerca de um virgula três milhões euros (menos dez por cento). Apesar de tal parecer bom é de facto insuficiente pois as receitas correntes diminuíram uma vírgula dois milhões de euros (menos dez por cento). Tal significa que a CMA não resolveu o seu problema do défice estrutural e apenas de limitou a reagir à diminuição das receitas correntes; -----

Quatro - O défice estrutural é neste momento de quatrocentos e trinta e três mil euros (quatro por cento de défice), ou seja, o Município tem despesas correntes superiores em quatrocentos e trinta e três mil euros que as receitas correntes que gera. Tal não é novo e representa uma péssima gestão; -----

Cinco - Das despesas correntes as diminuições mais significativas foram para a aquisição de bens e serviços em um virgula um milhões de euros (menos vinte por cento) sendo trezentos e setenta e cinco mil uma diminuição nos enigmáticos outros bens e em outros serviços; -----



### Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Seis - Que despesas tão especiais serão estas as que não têm lugar em nenhuma das quarenta e cinco categorias de despesas anterior mas ajustam que nem uma luva em “outros bens” e em “outros serviços”? São mais de zero virgula oito milhões de euros numa rubrica supostamente residual mas que em Almeirim vale cinco por cento do total das despesas? -----

Sete - Conservação de bens tem um peso de um vírgula sete por cento do total das despesas com cerca de duzentos e setenta e um mil euros, o que significa uma diminuição de vinte por cento face ao ano anterior. Manter em bom estado de conservação os equipamentos do Município não foram uma opção política; -----

Oito - Atribuição sem critérios objectivos de cerca de quinhentos e setenta e quatro mil euros para associações e do concelho. Não pomos em causa que algumas entidades mereçam o apoio da CMA mas a questão é como é que se determina o valor do subsídio atribuído a cada entidade? Porque é que um clube desportivo recebe mais que outro? Qual a base para a atribuição destas verbas a estas associações? O apoio às instituições sem fins lucrativos deveria ser feito com base em critérios justos, universais e transparentes na atribuição dos mesmos que deveriam ser suportados num regulamento; -----

Nove - Há no final de dois mi e dez compromissos por pagar de um virgula seis milhões de euros de despesas correntes e dois virgula três milhões de despesas de capital. No total são cerca de três virgula nove milhões de euros o que é uma situação muito preocupante. Se estes compromissos tivessem sido pagos os défices seriam de dezoito vírgula três por cento a nível corrente (dois milhões de euros) e vinte e seis virgula cinco por cento no total (quatro virgula dois milhões de euros). Esta situação não pode deixar de preocupar os decisores políticos do Concelho. -----

Cumprimento da alínea c) do número dois do artigo cinquenta e três da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove republicados pela Lei cinco – A barra dois mil e dois. -----

Diz o artigo supra citado que compete à Assembleia Municipal sob proposta da Câmara: “Apreciar o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respectiva avaliação, bem como apreciar e votar os documentos de prestação de contas;”. O executivo não cumpre aquilo que está definido na Lei pois não apresenta as obrigações latentes, ou seja, não são referidos os processos em Tribunal (artigo cinquenta e três, número um, alínea e) e artigo sessenta e oito, número quatro todos da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada pela Lei número cinco – A barra dois mil e dois, de onze de



### Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Janeiro) em nenhum lado da apresentação de contas, que deveriam ser provisionados consoante a expectativa de sucesso nos processos. -----

**JORGE VEIGA DIAS** (Grupo do PS) »» Boa tarde a todos. -----

A intervenção que tenho para fazer é o seguinte: -----

A actividade do Executivo PS no Município de Almeirim relativamente ao ano de dois mil e dez traduziu-se pela execução e conclusão de diversas obras que se podem qualificar de natureza estrutural e que se irão reflectir ao longo dos futuros mandatos. - Foram obras que vão marcar indiscutivelmente o mandato deste Executivo, já que graças a ele pode ser feita a renovação e requalificação de todos os edifícios de ensino no Concelho de Almeirim. A construção e conclusão do Centro Escolar de Almeirim são reflexas da actividade desenvolvida por este Executivo. Da mesma forma e no mesmo caminho temos o Centro Escolar de Fazendas de Almeirim, que se prevê e deseja seja concluído a muito breve espaço. -----

Já no restante parque escolar, vemos que houve a preocupação de melhorar as condições de ensino com o apetrechamento de todos os estabelecimentos de ensino com quadros interactivos e novos equipamentos informáticos, que certamente melhoram a qualidade do ensino. -----

Estas acções desenvolvidas ao nível do ensino como todos se deverão recordar foram promessas deste Executivo do Partido Socialista. Para gáudio deste grupo e de muitos Almeirinsenses constatámos que foram promessas cumpridas. -----

Mas não só de educação vive a actividade deste Município. Dois mil e dez foi um ano em que ao nível do ambiente, pudemos ver a estação elevatória de São Roque reconstruída que completou o sistema adutor dos esgotos na via da estação de tratamentos, também ela reconstruída. Graças também à empresa Águas do Ribatejo, pudemos ver que no Concelho de Almeirim se iniciaram as construções das estações Elevatórias e de Tratamento de Resíduos em Paço dos Negros e bem assim, a Estação de Tratamentos da Raposa e uma nova captação de águas em Fazendas de Almeirim. Estas são aquelas obras necessárias a todos os Municípes, que não se vêem mas que diariamente muitos irão sentir. São obras de elevados investimentos só possíveis com a participação do Município de Almeirim, na tão criticada empresa Águas do Ribatejo. Podemos todos ver também, ao longo do último ano de dois mil e dez, diversas intervenções naquilo que o Executivo apelida de regeneração urbana. --- Desde logo no tão necessário apoio e melhoramento das condições das habitações de inúmeras famílias carenciadas. -----

Foi esta também, uma promessa feita por este Executivo, que permitiu a muitos poder



### **Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim**

passar a viver um pouco melhor. É um papel de solidariedade social da qual este Executivo ou qualquer executivo PS não se irá demitir. Afinal faz parte da essência do nosso partido. -----

Pudemos também constatar que se tem vindo a formar gradual e progressiva a efectuar todas as operações de alcatroamento das ruas de Fazendas de Almeirim, muitas delas fustigadas pelas inúmeras intervenções de melhoramento de todas as infra-estruturas básicas. -----

Ao nível do desporto uma obra que marcará o último ano, foi a requalificação do Parque Desportivo. Só quem diariamente ali se desloca pode ver o quão importante é aquelas obras para centenas de crianças que ali acorrem diariamente. -----

Mas com poucos recursos puderam ver que foi construído também um Campo de PADEL no Parque da Zona Norte, que tem servido muitos que praticam desporto. -----

Pudemos ver também as obras de requalificação do Largo General Guerra que certamente vão estar concluídas muito brevemente e que irão renovar e rejuvenescer uma zona da cidade de Almeirim necessitada de requalificação. -----

Por fim, e quanto ao trabalho desenvolvido no último ano, refiro-me a mais duas obras: O melhoramento da Biblioteca de Almeirim e a construção da Casa Mortuária em Marianos, uma obra há reivindicado. -----

Destaco também o papel desenvolvido por este Executivo ao nível da acção social no auxílio com géneros alimentícios, às cada vez mais famílias que procuram auxílio junto deste Município. -----

Quanto às contas resultantes do último exercício pudemos verificar que foi apresentado um resultado líquido de cerca de quatro mil e quinhentos euros, tendo um activo Municipal de oitenta e quatro mil setecentos e trinta e quatro mil euros. A execução orçamental fixou-se em setenta e três por cento e na despesa apenas em setenta e quatro vírgula cinquenta e oito por cento. -----

Pudemos também constatar que a nível da capacidade de endividamento o Município de Almeirim transpira saúde. -----

Seria certamente um bom exercício para todos aqueles que criticam a gestão do PS que viessem dizer quantos municípios têm hoje cinquenta e dois vírgula oitenta por cento para contrair novos empréstimos e que quanto ao endividamento líquido representa apenas vinte e sete vírgula oitenta por cento do permitido por lei.-----

Constatámos que o investimento aumentou em cerca de vinte e um vírgula oitenta e sete por cento, em relação ao ano anterior. Nos proveitos operacionais temos que, grande parte dos valores obtidos resultam de transferências e subsídios obtidos com





### Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

7.590.000€, que representam cerca de sessenta e três virgula noventa e um por cento, que constitui a maior parte das receitas do município seguida das taxas e impostos, das vendas e prestações de serviços. Já na parte dos custos são as amortizações do exercício e os custos com pessoal que representam grande parte, com cerca de sessenta e cinco por cento. Em suma, e atendendo à situação económica por que já passou o país ao longo do último ano, temos de reconhecer que a obra foi muita, ainda que muito condicionada pela redução das verbas para o município pela administração central, que condiciona o trabalho que se pretendia fazer. Não é o desejável, mas foi o possível. Este Executivo PS, como ficou demonstrado, por toda a documentação facultada quanto à gestão e contas, não se demite das suas responsabilidades. Mesmo sendo poucos os recursos financeiros, são muitas as obras e o papel social desenvolvidos. -----

A população de Almeirim, assim o merece, e este Executivo o impõe! -----

**PRESIDENTE DA CÂMARA** »» Gostava de intervir para fazer uma pequena correcção à intervenção do Senhor Deputado Veiga Dias, que se referiu a um Executivo PS, quando este é um executivo de maioria PS, com representantes de outros partidos e que têm tomado a sua posição conscientemente em relação às expressões aí discutidas. Penso que os Vereadores das outras forças políticas puderam estar melindrados com a forma como entreviu, mas, penso que não terá sido com intenção. -----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» atendendo à situação em questão julgo que o Senhor Vereador têm que intervir, fazendo uma nota que ache apropriada em relação à intervenção que acabou de escutar. Efectivamente, quando se dirige e refere ao Executivo, deve fazê-lo, referido o Executivo Municipal, que efectivamente é de maioria PS, mas para o qual trabalha e colaboram todos os Vereadores eleitos. Assim sendo, peço ao Senhor Vereador Aranha Figueiredo que seja breve e que faça a nota explicativa que entender. -----

**VEREADOR ARANHA FIGUEIREDO** (Grupo da CDU) »» Agradeço a sua disponibilidade em me dar a palavra, até porque eu não gosto das coisas menos bem esclarecidas. -----

Quando o Deputado começou a falar no Executivo de maioria PS, comentei com o colega do lado que ele não estava a ser correcto, e, ele teve a preocupação de olhar para comigo, com um olhar crítico, como quem tivesse a interromper a sua intervenção. Tive a oportunidade de o corrigir informalmente, mas o Senhor Deputado



### Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

insistiu ao longo da sua intervenção acintosamente, dizendo “Executivo PS”. Não quis corrigir. -----

Senti a necessidade de o corrigir. -----

Sinto a necessidade também de o corrigir. O executivo é constituído por sete membros, são cinco do PS. Para que não se repita esta situação em momentos futuros. Eu não me sinto identificado com a maioria PS. Sinto que tenho o dever de esclarecer este assunto. -----

Agradeço ao Senhor Deputado, que nas suas próximas intervenções, tenha isso em atenção. De resto, cito aqui as palavras que o meu camarada José Manuel Sampaio disse na sua intervenção “que o PS tenha em atenção aquilo que é a posição da oposição dentro desta Câmara”, porque terá muito para aprender, e irá receber contribuições para a resolução dos problemas deste Concelho. -----

Era isto que queria chamar à atenção. -----

Muito obrigado. -----

Obrigado Senhor Presidente. -----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** » » Ultrapassada esta questão, para a qual eu só faria mais uma recomendação, que é, apesar desta dificuldade momentânea, que julgo esteja ultrapassada, que estejamos todos imbuídos do espírito, que quer seja Executivo do Poder, ou seja Executivo na oposição, esteja a conduzir os destinos da Câmara Municipal de Almeirim e do seu Município aos melhores resultados. Espero que estejamos todos a fazer remar o Barco para o mesmo lado e que efectivamente consigamos os melhores resultados. -----

**PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE BENFICA DO RIBATEJO** » » A minha intervenção é para pedir à Senhora Deputada Manuela Cunha, pois quando ela citou aqui que os resultados no Alentejo se devem à excelente Escola que a CDU têm no Alentejo, eu fazia aqui um apelo, pedir para trazer para cá essa escola da CDU para dar aulas a alguém da CDU, ou levar esses elementos da CDU para a escola da CDU no Alentejo, para serem mais bem formados. -----

Quando tomei posse, entreguei ao Senhor Presidente desta Assembleia uma proposta de Recomendação, por causa de umas dividas que herdei na Junta de Freguesia de Benfica do Ribatejo. Essa Junta de Freguesia foi governada por um elemento da CDU, que deixou, nada mais, nada menos, cerca de trinta e nove mil euros, sem qualquer recibo, sem qualquer factura, sem qualquer justificação para a saída deste dinheiro. Penso que é de levar esse Senhor para a escola da CDU. -----



### **Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim**

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** » » Gostaria de chamar a atenção de todos os deputados, que efectivamente devemos manter o nível elevado nesta assembleia e, não devemos gastar e consumir tempo com problemas secundários. Efectivamente eu terei a dizer, e já agora que me permitem, porque sou Alentejano, tenho de fazer um comentário em relação a este assunto. -----

Se calhar, independentemente da velocidade com que se trabalha, é bom que antes de abirmos a boca, a gente pense um bocadinho nas coisas. Peço que a partir deste momento façam isso. -----

**MANUELA CUNHA** (Grupo da CDU) » » Em defesa da honra da bancada da CDU. Agradeço ao Senhor Presidente da Assembleia ter intervindo a pedir para se elevar o nível do discurso. -----

Acho que atacar alguém que não está presente com documentos que já em reunião anterior, se viu a debilidade e falta de credibilidade dos mesmos não contribui para elevar o debate. Todos se recordarão dos documentos relacionados com o jantar de enguias, que afinal todos ficamos a saber quem lá tinha estado. Não valia a pena numa sessão solene do 25 de Abril voltar com isto para aqui. Mas a CDU está sempre pronta e disponível para prestar contas. -----

**AQUILINO FIDALGO** (Grupo do MICA) » » Antes da Ordem do Dia, todos aplaudimos os discursos em relação ao 25 de Abril e 1º de Maio, nos quais todos intervimos. Penso que deveríamos seguir o mesmo espírito deste início. -----

Em relação ao trabalho dos senhores revisores oficiais de contas ROC, parece-nos que o seu trabalho está sucinto e esclarecedor, por isso o nosso obrigado pelo vosso trabalho, pois ele dá-nos informações que para mim que não sou da área considero relevantes. Sabemos que o trabalho do ROC depende dos valores que a Câmara vos apresenta. Os resultados e os valores nas rubricas que a Câmara lhe apresenta são tidos por fidedignos, e é sobre esses números que incide o seu trabalho. -----

Quanto parecer final estranhámos em algumas coisas. Porque há duas reservas que foram já apresentadas pela Deputada Manuela Cunha, e por uma coisa que discordamos, e que é abusivo, é que o parecer final remeta para a orientação de voto da Assembleia, dizendo que "Considerando as análises e os trabalhos efectuados, e tendo em atenção o teor da certificação legal das contas, que emitimos somos de parecer que a Assembleia Municipal do Município de Almeirim aprove o relatório do Município e as contas do exercício findo em trinta e um de Dezembro de dois mil e dez". -----

Uma coisa é verificar-se as contas, outra coisa é uma orientação de voto. -----



### Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Entendemos que é abusivo que o parecer final do ROC seja orientador do sentido de voto da Assembleia. -----

**RUI PIRES** (Grupo do PS) »» Nesta discussão sobre o relatório da gestão de dois mil e dez e demonstração de resultados, voltamos a ouvir aquilo que já estamos habituados, ou seja, ilegalidades. As pessoas deviam estar seguras dessas afirmações acerca das ilegalidades. Se existem, devem apresentá-las às autoridades, de forma a que possam analisar. -----

Quanto á apreciação do Relatório através de percentagens, essas são sempre muito subjectivas. É uma maneira muito interessante de contornar os assuntos. -----

Existem apreciações que deviam ser mais profundas. -----

Sobre os Charcos, gostaria de fazer este comentário ao senhor deputado João Lopes. Eu que moro mesmo em frente dos Charcos tenho muito gosto em o ver a passear no jardim. -----

O seu comentário levou-me a pensar que ele já não vai ao Jardim dos Charcos pelo menos desde que era criança. -----

A partir do momento que a manutenção dos espaços verdes passou para a Junta de Freguesia de Almeirim, só tenho a dizer bem do trabalho que é feito naquele espaço em particular. -----

Por fim, dizer que muitos bons autarcas neste país e nesta cidade que dão o seu melhor e a sua seriedade para os resultados que apresentam nas Assembleia. Não é justo colocarem em causa o trabalho e a honorabilidade deles em dúvida. -----

**PRESIDENTE DA CÂMARA** »» Queria apenas referir duas questões. -----

Não têm directamente a ver com as intervenções que tenham sido aqui feitas, mas parece que tenho de referir. Uma delas em relação ao Alentejo, que como sabem deixamos de pertencer à CCDR de Lisboa, para pertencermos à CCDR do Alentejo, mas, nessa mudança deparamo-nos também com uma alteração legislativa, onde o Partido Socialista não está de todo fora. Legislação que veio burocratizar os processos de aprovação com os fundos comunitários. A CCDR do Alentejo é muito rigorosa na aplicação desses princípios, e daí, demoras, que nós no passado não tínhamos. Isto não é de maneira nenhuma desprimor para com os meus colegas alentejanos, com os quais tenho muito respeito e a maior amizade, pelos meus colegas e pelo povo alentejano de modo geral. -----

Quanto à verdade das contas, porque são sempre levantadas suspeitas. Está ali na sala o ROC, que eu pedia ao Senhor Presidente que pudesse pelo menos numa



### Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

brevíssima intervenção, atestar a veracidade das contas que estamos a apresentar à Assembleia. -----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** » » Na verdade houve uma intervenção por parte do Deputado aquilino Fidalgo, em que de certa maneira diz que o ROC emite opinião em função dos dados que lhe são apresentados pela Câmara. -----

Não é bem assim e, nesse sentido, se o Senhor Deputado Aquilino quiser ouvir uma explicação do Senhor Revisor Oficial de Contas, eu autorizo que seja dada, senão ver vantagem nisso, passamos à frente. -----

----- \* **Votação do “Relatório de Gestão de dois mil e dez e as Demonstrações financeiras de dois mil e dez”**. Com dezasseis votos a favor do grupo do PS. Oito votos contra, três do grupo do MICA, dois do Grupo do PPD/PSD e três do grupo da CDU. -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

**JOÃO LOPES** (Grupo do PPD/PSD) » » Relativamente à prestação de contas do ano de dois mil e dez, temos para dizer a perspectiva que o PSD tem sempre relativamente às contas que nós aqui não estamos unicamente a votar um documento contabilístico, estamos a votar também a performance que teve este executivo durante o ano. Nós ponderamos obviamente isso. O que nos interessa aqui é a performance política, isto é, se fizeram ou não aquilo que tinha a fazer, e se tomaram as opções acertadas. É isso que nós vamos julgar. -----

Começamos por dizer que relativamente ao património que nos foi cedido, ele como já vem sendo hábito, é fornecido em ficheiro refere um total do Valor Actual, um total do Valor Líquido e um total de amortizações, que é diferente do apresentado nas contas. Tal significa que a Câmara não sabe o valor do património ou não o tem adequadamente inventariado. Qual a credibilidade desta lista? As diferenças que apurámos em termos líquidos são de cerca de quatrocentos e um mil euros. Esta diferença origina uma reserva evidenciada na Certificação Legal das Contas apresentada pelo ROC em oito de Abril de dois mil e onze, ou seja, não é possível validar os números que são apresentados em termos de património. -----

Sobre o balanço social o PSD faz a seguinte apreciação. -----  
A análise do Balanço Social, mais uma vez, confirmou tudo aquilo que o PSD tem vindo a dizer sobre a forma como os recursos humanos da autarquia têm sido maltratados, por falta de formação e falta de atenção às mais elementares medidas de protecção ao nível de SHST – Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho. A CMA deu



### **Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim**

apenas em média dois vírgula treze/horas de formação/ano/trabalhador o que é manifestamente pouco, e bastante menor que as três vírgula zero quatro/horas do ano anterior, o que indicia bem o desprezo pela formação dos colaboradores. A formação teve um custo de € vinte e dois euros e sessenta e três/trabalhador. Cerca de oito por cento dos funcionários da Câmara tiveram um acidente de trabalho em dois mil e dez, com perda de quatro vírgula sete dias/funcionário/ano pelo facto de ter havido esses mesmos acidentes. Tal reflecte-se também no facto de haver trinta e três vírgula zero três/horas/trabalhador/ano de trabalho extraordinário, nocturno e em dias de descanso/feriados ao custo de duzentos e oitenta e dois euros e oitenta e três cêntimos/funcionário. Os Recursos Humanos têm que ser estimados, desenvolvidos e orientados convenientemente; -----

Balço e Demonstração dos Resultados oferece a seguinte leitura: -----

Um - Os Critérios de valorimetria das Imobilizações referem no ponto 4.1.9 que “nos casos em que os investimentos financeiros, relativamente a cada um dos seus elementos específicos, tiverem, à data do balanço, um valor inferior ao registado na contabilidade, este pode ser objecto da correspondente redução, através da conta apropriada.” Assim sendo a CMA deveria anexar as contas das entidades nas quais participa, por uma questão de transparência e para criar a respectiva provisão para investimentos financeiros se necessário. Tal é aliás obrigação da Câmara de Almeirim, pois segundo o número um do artigo cinquenta e três da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada pela Lei número cinco – A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro na alínea c) e d) já são obrigatórias no sentido de que todas as contas deveriam ser entregues aos membros da Assembleia Municipal que é o órgão fiscalizador; -----

DOIS - Há mais uma ilegalidade muito grave na ALDESC: apesar de estar aprovada a sua liquidação em Dezembro de dois mil e nove não está ainda, à data de vinte e cinco de Abril de dois mil e onze, registada a mesma na Conservatória do Registo Comercial de Almeirim; -----

TRÊS - No dia vinte e seis de Abril a OTOC publicou o “Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses dois mil e nove” no qual são dados destaques ao melhores e piores de Portugal. O Município de Almeirim é referido por duas vezes por maus motivos: por fazer parte dos “Municípios que não apresentam proveitos diferidos” e por ocupar o décimo quarto lugar (décimo sétimo no ano anterior) lugar na lista dos “Municípios com menores resultados económicos”, com quatro vírgula seis milhões de



### **Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim**

euros. Com o resultado de dois mil e onze vê-se como Almeirim luta de forma árdua para tentar alcançar o primeiro lugar de entre os piores de Portugal; -----

Sobre a análise Orçamental / Económica: -----

Um - O Grau de Cumprimento Orçamental das despesas correntes é cerca de oitenta e três por cento, enquanto o das despesas de capital é de, apenas, sessenta e um por cento Tal significa que o executivo se limita a fazer gestão corrente olvidando os investimentos do município em diversas áreas; -----

Dois - Comparativamente ao orçamento podemos ver que as receitas de capital - transferências de capital são inferiores ao previsto em cerca de dois virgula um milhões de euros e as receitas de capital – passivos financeiros em zero vírgulas oito milhões de euros. Esta maioria Socialista não consegue orçamentar com credibilidade;

Três - As despesas diminuíram comparativamente a dois mil e nove cerca de zero virgula seis milhões de euros (menos quatro por cento), principalmente pela diminuição das despesas correntes em cerca de um virgula três milhões euros (menos dez por cento). Apesar de tal parecer bom é de facto insuficiente pois as receitas correntes diminuíram uma vírgula dois milhões de euros (menos dez por cento). Tal significa que a CMA não resolveu o seu problema do défice estrutural e apenas de limitou a reagir à diminuição das receitas correntes; -----

Quatro - O défice estrutural é neste momento de quatrocentos e trinta e três mil euros (quatro por cento de défice), ou seja, o Município tem despesas correntes superiores em quatrocentos e trinta e três mil euros que as receitas correntes que gera. Tal não é novo e representa uma péssima gestão; -----

Cinco - Das despesas correntes as diminuições mais significativas foram para a aquisição de bens e serviços em um virgula um milhões de euros (menos vinte por cento) sendo trezentos e setenta e cinco mil uma diminuição nos enigmáticos outros bens e em outros serviços; -----

Seis - Que despesas tão especiais serão estas as que não têm lugar em nenhuma das quarenta e cinco categorias de despesas anterior mas ajustam que nem uma luva em “outros bens” e em “outros serviços”? São mais de zero virgula oito milhões de euros numa rubrica supostamente residual mas que em Almeirim vale cinco por cento do total das despesas? -----

Sete - Conservação de bens tem um peso de um virgula sete por cento do total das despesas com cerca de duzentos e setenta e um mil euros, o que significa uma diminuição de vinte por cento face ao ano anterior. Manter em bom estado de conservação os equipamentos do Município não foram uma opção política; -----



### **Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim**

Oito - Atribuição sem critérios objectivos de cerca de quinhentos e setenta e quatro mil euros para associações e do concelho. Não pomos em causa que algumas entidades mereçam o apoio da CMA mas a questão é como é que se determina o valor do subsídio atribuído a cada entidade? Porque é que um clube desportivo recebe mais que outro? Qual a base para a atribuição destas verbas a estas associações? O apoio às instituições sem fins lucrativos deveria ser feito com base em critérios justos, universais e transparentes na atribuição dos mesmos que deveriam ser suportados num regulamento; -----

Nove - Há no final de dois mi e dez compromissos por pagar de um virgula seis milhões de euros de despesas correntes e dois virgula três milhões de despesas de capital. No total são cerca de três virgula nove milhões de euros o que é uma situação muito preocupante. Se estes compromissos tivessem sido pagos os défices seriam de dezoito virgula três por cento a nível corrente (dois milhões de euros) e vinte e seis virgula cinco por cento no total (quatro virgula dois milhões de euros). Esta situação não pode deixar de preocupar os decisores políticos do Concelho. -----

Cumprimento da alínea c) do número dois do artigo cinquenta e três da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove republicados pela Lei cinco – A barra dois mil e dois. -----

Diz o artigo supra citado que compete à Assembleia Municipal sob proposta da Câmara: “Apreciar o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respectiva avaliação, bem como apreciar e votar os documentos de prestação de contas;”. O executivo não cumpre aquilo que está definido na Lei pois não apresenta as obrigações latentes, ou seja, não são referidos os processos em Tribunal (artigo cinquenta e três, número um, alínea e) e artigo sessenta e oito, número quatro todos da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada pela Lei número cinco – A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro) em nenhum lado da apresentação de contas, que deveriam ser provisionados consoante a expectativa de sucesso nos processos. -----

Em Conclusão: -----

As contas de dois mil e dez evidenciam que se realizaram praticamente todas as despesas previstas a nível corrente como os salários, electricidade, juros, prestações de serviços mas ao nível dos investimentos este exercício ficou muito aquém do esperado. -----

Preocupa, acima de tudo, o grande desequilíbrio orçamental ao nível das despesas correntes de quatro por cento das mesmas. Em termos globais se somarmos as





### Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

receitas correntes e de capital estas também são inferiores à soma das despesas correntes e de capital, sendo este défice de dois virgula dois por cento. -----

Como é isto possível? Porque, em termos líquidos, foram realizadas receitas de capital – empréstimos bancários a vinte anos – para pagar despesas correntes como salários, pequenas reparações e despesas de funcionamento normais. As receitas com empréstimos foram cerca de um virgula seis milhões de euros (mais zero virgula quatro milhões que no ano anterior) e os pagamentos de empréstimos (fora juros) cerca de zero virgula cinco milhões. Na prática pagaram-se também os empréstimos com novos empréstimos. Refira-se que o Município tem ainda muitos empréstimos recentes contratados com carência de capital nos primeiros três anos. Significa isto que no futuro os encargos com o pagamento de empréstimos irá aumentar exponencialmente. -----

Acresce a este desequilíbrio o facto de haver no final de dois mil e dez compromissos por pagar de cerca de três virgula nove milhões de euros o que é uma situação muito preocupante para a estabilidade financeira do Município e diz muito sobre a gestão. --- Qualquer cidadão com pouco conhecimento económico percebe facilmente que este caminho é uma trajetória descendente que inevitavelmente acabará numa situação de ruptura financeira. -----

Não podemos concordar com esta gestão ruinosa. -----

Face ao exposto, o Grupo do Partido Social Democrata na Assembleia Municipal de Almeirim vota contra a prestação de contas da Câmara Municipal de Almeirim referentes ao ano de dois mil e dez. -----

#### -----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

**MANUELA CUNHA** (Grupo da CDU) »» A CDU vota vencida porque considera tal como o explicou durante a sua intervenção, que este relatório de gestão de dois mil e dez e demonstrações financeiras reflectem e traduzem a falta de rigor, a falta de transparência e respeito pela democracia, o não cumprimento das exigências legais e uma gestão... -----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** »» Senhora Deputada Manuela Cunha, eu vou fazer um apelo que é o seguinte; se efectivamente as declarações de voto estão escritas e coincidem com as intervenções que cada grupo ou opinião de cada grupo têm em relação ao assunto, eu peço que as entreguem, que serão transcritas para a acta e, neste momento fazem uma declaração de voto sucinta e resumida daquilo que



## Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

pretendem -----

-----Continuação-----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

**MANUELA CUNHA** (Grupo da CDU) »» (...) e uma gestão Camarária que honre o espírito do poder local de Abril. -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

**RUI PIRES** (Grupo do PS) »» Ao apreciarmos o Relatório e Contas referente ao exercício de dois mil e dez, devemos regozijarmo-nos por verificarmos que para além das dificuldades vividas pelos Municípios em geral, no nosso Concelho, foram levadas a efeito acções que muito valorizam a vida de todos os que cá vivem, a saber: -----

Fizeram-se progressos decisivos no alcatroamento; -----

Na Educação; a construção do Centro Escolar de Almeirim e fazendas; os passos decisivos que se deram para a conclusão do Centro Escolar de Fazendas de Almeirim; Consolidar-se o uso de novas tecnologias no Ensino Básico, Primeiro Ciclo, com os quadros interactivos e os meios informáticos; Incentivou-se também o ensino Pré-primário com o aparecimento dos Centros escolares. -----

No ambiente; A empresa Águas do Ribatejo, de que A Câmara de Almeirim é fundadora, prosseguiu a sua acção no nosso Concelho com o reforço e valorização das infra-estruturas básicas, a saber: - a Estação elevatória de São Roque veio completar o sistema adutor dos nossos esgotos na via da Estação de Tratamento, também ela reconstruída; Iniciou-se a construção das estações Elevatórias e estação de Tratamento de Resíduos de Paço dos Negros; Iniciou-se também a construção da Estação de Tratamento da Raposa; Construiu-se uma nova captação de águas em fazendas de Almeirim. -----

Em matéria de regeneração urbana, continuamos a melhorar as condições das habitações de famílias carenciadas; continuamos de uma forma acelerada o alcatroamento de Ruas nas fazendas de Almeirim, após a construção das infra-estruturas básicas; Requalificou-se o parque Desportivo incluindo a construção da Pista de Atletismo em tartan e mini campo de Futebol relvado; salientamos a valorização de espaços urbanos em marianos e na Tapada com a consequente valorização daqueles espaços; foi também construído um campo de PADEL no parque da Zona Norte, iniciou-se a requalificação do Largo General Guerra em Almeirim; Foi valorizada a nossa biblioteca Municipal com grandes intervenções; e construiu-se também a casa Mortuária em Marianos. -----



### Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Por fim, promoveram-se as “Festas da Cidade” e “Pão Vinho & Companhia”, participou-se na Feira Nacional da Agricultura e levaram-se a efeito numerosas exposições na Biblioteca e Galeria Municipal; Funcionou o programa de Férias Desportivas, comparticipámos ajudas no âmbito da Rede Social Escolar e concedemos Bolsas de estudo para outros níveis de ensino. -----

Supomos que, com estas acções e outras que não referimos, o Executivo Municipal cumpriu a obrigação de valorizar o Concelho. -----

Por isso, se justifica amplamente o nosso voto a favor. -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

**DUARTE CERVEIRA** (Grupo do MICA) »» “Tendo analisado os documentos do “Relatório de Gestão” e as respectivas “Demonstrações Financeiras” e os “Parecer e Certificação Legal de Contas” que, em conjunto, constituem a prestação da actividade e das contas da Câmara Municipal de ALMEIRIM, desenvolvidas ao longo de 2010, os Deputados eleitos pelo MICA - Movimento Independente do Concelho de Almeirim para a Assembleia Municipal de ALMEIRIM consideram que: -----

UM - Relatório de avaliação do direito de oposição – não nos foi presente, e de acordo com o Estatuto do Direito de Oposição este importante documento, que nos termos do artigo décimo do Estatuto do Direito de Oposição, os órgãos executivos das Autarquias Locais devem elaborar, até fim de Março do ano subsequente àquele a que se refiram, relatórios de avaliação do grau de observância do respeito e garantias constantes do referido Estatuto. Os citados documentos são, por sua vez, enviados aos titulares do direito de oposição, a fim de que deles se pronunciem, o que impediu que pudéssemos exercer as funções de controlo e verificação da legalidade da actividade do executivo municipal. O mesmo também não publicado na página electrónica da Câmara Municipal; -----

DOIS - A Lei das Finanças Locais (LFL), aprovada pela Lei número dois barra dois mil e sete, de quinze de Janeiro de dois mil e sete, que revoga a Lei número quarenta e dois barra noventa e oito, de seis de Agosto, contempla, pela primeira vez, a auditoria externa às contas dos municípios e das associações de municípios comparticipações de capital em fundações ou entidades do sector empresarial local (artigo quarenta e oito da LFL), sobre as diversas participações da Câmara Municipal não consta qualquer documento exigido para a credibilização das contas aqui apresentadas, reflexo de durante todo o ano de dois mil e dez nunca nos ter sido apresentado a



### **Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim**

informação semestral (nem do primeiro nem do segundo semestre) sobre a respectiva situação económica e financeira elaborada pelo auditor externo; -----

TRÊS - Desde a entrada em vigor da lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, que a aprovação das contas passou a ser da competência exclusiva da Câmara Municipal, como se pode constatar pela alínea e) do número dois do artigo sessenta e quatro da lei referida. À Assembleia Municipal compete unicamente efectuar um juízo de apreciação sobre estes documentos já aprovados pela Câmara Municipal, mas dado que a assembleia é um órgão colegial este juízo negativo ou positivo só pode fazer-se através de uma votação, única forma que um órgão colegial possui para se manifestar de acordo com a Lei; -----

QUATRO - No que respeita ao envio dos documentos de prestação de contas ao Tribunal de Contas, a lei determina que esse envio é de da competência da Câmara municipal (alínea bb) do número um do artigo sessenta e quatro da lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro, com a redacção dada pela lei número cinco – A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro) até trinta de Abril, independentemente da sua apreciação pelo órgão deliberativo, de acordo com o número um do artigo cinquenta e um da Lei das Finanças locais. Tal significa que a Câmara Municipal deve enviar os documentos de prestação de contas ao Tribunal de Contas até trinta de Abril, quer as contas tenham ou não sido apreciadas pela assembleia ou essa apreciação tenha sido negativa; -----

CINCO - De acordo com o estipulado na alínea e) do número dois do artigo sessenta e quatro da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, foram elaborados os documentos de prestação de contas, referentes ao ano de dois mil e dez, tendo em vista o controlo político da Assembleia Municipal, de acordo com a alínea c) do número dois, do artigo cinquenta e três da citada Lei, o controlo jurisdicional do Tribunal de Contas e o controlo administrativo de verificação da legalidade por parte dos Órgãos de tutela da Administração Pública Central. Os documentos, para além dos fins de controlo enunciados, são essenciais para aferir a qualidade da gestão municipal, pela avaliação dos resultados e do grau de eficiência e eficácia na afectação de recursos aos objectivos realizados. -----

Assim somos levados a concluir que a sistemática violação da Lei e a “aparente impunidade de cumprimento das normas legais”, reflectem claramente a ausência de rigor, de transparência, da legalidade e da verdade nos documentos apresentados, que denotam uma completa “falta de respeito”, pelos órgãos legitimamente eleitos pela população de Almeirim. Estas situações de ilegalidade e de violação dos direitos dos



### Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

deputados municipais na ausência de documentos essenciais para exercício da nossa função, torna inviável qualquer apreciação com rigor, transparência e verdade dos documentos apresentados, que em síntese se confirma através destes “números”, de eventual e duvidosa legalidade, rigor e verdade. -----

Primeiro, reflecte uma gestão de dinheiros públicos municipais, sem rigor incompetente e incapaz como sintoma do completo desconhecimento de instrumentos de gestão municipal, gerando um défice das contas municipais que ultrapassa mais de trinta virgula nove por cento, (temos *mesmo que recorrer ao FMI*) como consequência de resultados operacionais negativos de mais de cinco virgula três milhões de euros (um agravamento mais cerca de doze virgula três por cento relativamente ao ano passado), imputável não só a uma má gestão dos dinheiros públicos municipais, mas também com o agravamento pela transferência para as Aguas do Ribatejo dos serviços de água e saneamento, que implicou uma perda de receitas da Câmara de mais de três milhões de euros e um aumento de custos para a população de Almeirim, que em muitos casos duplicou, sem qualquer benefício para Almeirim, isso que o senhor presidente apresenta sempre “como pretensos investimentos” é uma treta para tentar “tapar” os erros graves que cometeu, veja-se o que se passa em Paço dos Negros e Foros de Benfica. A verdade é que outros Municípios não só praticam preços mais baixos como ainda recebem uma renda anual por essas concessões, ao contrário em Almeirim só pagamos e nada recebemos;

Segundo, os custos com pessoal atingiram cerca de cinco virgula cinco milhões de euros, enquanto as receitas da câmara em impostos, taxas e prestação de serviços foram cerca de quatro virgula dois milhões de euros, isto é a câmara foi incapaz de gerar receitas próprias, que representaram apenas cerca de trinta e seis por cento do total das receitas para suportar os custos com pessoal. Hoje a câmara depende dos subsídios do Governo para “sobreviver”. Com “custos estruturais de cerca de doze milhões de euros, (não contando com as amortizações), a câmara consegue gerar apenas e só cerca de quatro milhões de euros de receitas próprias!). Só resta ao senhor presidente da câmara e vereadores que apoiam esta situação de “gastos sem controlo” a propor um Contrato de Reequilíbrio Financeiro para a Câmara Municipal de Almeirim, para permitir à autarquia contrair empréstimos à Banca para que possa garantir, pelo menos o pagamento dos salários aos trabalhadores e pagar parte da dívida aos pequenos comerciantes de Almeirim e assim saldar dívidas de curto prazo” e “reequilibrar as contas”; -----



### **Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim**

Terceiros, há que salientar que a totalidade das receitas obtidas pela câmara se situou em cerca de treze virgula um milhões de euros, incluindo as transferências obtidas do Estado de cerca de sete virgula cinco milhões de euros, isto é cerca de cinquenta e sete virgula oito por cento das receitas da Câmara vêm do Orçamento de Estado. Por outro lado, as despesas/custos suportados pela Câmara situaram-se em mais de dezassete virgula seis milhões de euros, isto é a Câmara não tem receitas suficientes para suportar os custos e por isso gerou um prejuízo operacional de cinco virgula três milhões de euros! Quando olhamos para o Orçamento de dois mil e dez, que foi corrigido? Que a dotação das receitas em dois mil e dez se situava em mais de vinte e um vírgula sete milhões de euros, entendemos que seria interessante saber do senhor presidente da câmara onde estão os mais de oito virgula seis milhões de euros de diferença? É que estes números dão um grau de execução da receita de cerca de sessenta por cento e não de setenta e nove virgula seis por cento como é referido. Por outro lado o grau de execução da despesa atingiu os oitenta e um virgula três por cento e não os setenta e quatro virgula cinquenta e oito por cento. Muito simplesmente estamos perante uma gestão despesista de dinheiros públicos municipais. -----

Quarto, o total do passivo da câmara municipal que em dois mil e oito era cerca de oito virgula quatro milhões de euros e em dois mil e nove de cerca de dez virgula quatro milhões, era em trinta e um de Dezembro de dois mil e dez de mais de treze virgula três milhões de euros, isto é o passivo da câmara municipal aumentou, apenas num ano cerca de três milhões de euros; -----

Quinto, na verificação do “Mapa de Empréstimos Obtidos”, podemos constatar que até 31 de Dezembro de dois mil e dez, haviam sido contratados 11 002 037,67 euros, tendo todos os empréstimos sido utilizados. Acontece que este é precisamente o mesmo número de dois mil e nove, isto é a soma está errada! Ao somarmos todas as parcelas verificamos que a mesma é de 11 791 246,67 euros. Como é que podem merecer credibilidade estes mapas? Como pode merecer credibilidade um “mapa” que contém um empréstimo em que a dívida é de um cêntimo. Pasmese! Senhor presidente e vereadores que o apoiam não “gozem” mais a população de Almeirim!

Sexto, de acordo com as somas do mapa, a dívida em “um de Janeiro de dois mil e nove” era de 7 461 165,92 euros e em trinta e um de Dezembro de dois mil e dez era de 8530 162,18 euros, isto é o endividamento brutal da câmara aumentou mais de um virgula um milhões de euros só num ano! Mas como podemos verificar, eu posso distribuir o mapa correcto, com os dados que nele constam, a dívida em um de Janeiro



### Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

de dois mil e nove era de 8 289 788,46 euros, (*claro que hoje já ultrapassa os nove virgula dois milhões de euros, ou bastante mais ainda se considerarmos todos os múltiplos empréstimos sob a forma de leasing que tem sido feitos e que “desconhecemos completamente)* a questão é o de saber porque é que ao longo de dois mil e dez e nos diversos documentos se manteve o número errado de 7 461 165, 92 euros? -----

Sétimo, como afirmamos no ano transacto este relatório e prestação de contas revele uma falta de rigor e verdade e é “um verdadeiro embuste de manipulação vergonhosa da situação real do endividamento e responsabilidades financeiras do nosso Município” que se encontra em completa insolvência técnica impossibilitado de cumprir os seus compromissos. -----

Dos cerca de oito virgula dois milhões em dívida foram amortizados apenas e só quinhentos e quarenta e oito virgula oito mil euros e pagos juros de cerca de cento e quarenta e seis virgula cinco mil euros, o que origina que o endividamento aos bancos em trinta e um de Dezembro de dois mil e dez seja de mais de oito virgula cinco milhões de euros. -----

MAS se acrescermos os empréstimos já aprovados ainda em dois mil e dez, respectivamente de 309 808.16 euros ( Caixa Geral de Depósitos) e de 339.086 euros (Caixa Geral de Depósitos) e agora um último de 550.083,00 para Construção da Base Permanente do Grupo de Santarém de Bombeiros, que foi ilegalmente aprovado, os empréstimos bancários em dívida, a que se deverá acrescentar os vários leasing que não sabemos, totalizará nesta altura mais de mais de nove virgula oito milhões de euros! -----

Não consta a parte proporcional do valor do capital social (dezanove virgula sessenta e três por cento da AR - Águas do Ribatejo, EIM), do ou dos empréstimos feitos por esta empresa, a que cabe assumir as responsabilidades ao Município de Almeirim, isto é altera os valores do endividamento líquido de empréstimos conforme o número dois do artigo trinta e seis da Lei dois barra dois mil e sete de quinze de Janeiro, “para efeitos de cálculo do limite de endividamento líquido e do limite de empréstimos contraídos, o conceito de endividamento líquido total de cada município” e de acordo com a Lei cinquenta e três – F barra dois mil e seis de vinte e nove de Dezembro “O sector empresarial local integra as empresas municipais, intermunicipais e metropolitanas, doravante denominadas «empresas” (Artigo dois número um); -----

Não tivemos acesso a elementos ou dados sobre a RESIURB e Ecoléziria etc. -----



### **Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim**

As dividas a curto prazo, em trinta e um de Dezembro de dois mil e dez atingiam, de acordo com a listagem (página cento e vinte e um) cerca de 1 178 021 , sendo que no Balanço (página cinco) esse valor é de 1 645 769,29 euros (porque será que os dados nunca coincidem) o que adicionando aos valores do endividamento liquido, podemos concluir que o Município de Almeirim atingiu em trinta e um de Dezembro de dois mil e dez um endividamento de mais dez virgula dois milhões de euros, sem considerar as responsabilidades na empresa Águas do Ribatejo, Ecoleziria etc. Torna-se claro que tal se deve a uma gestão “desastrosa e incapaz”, sendo muito duvidoso se o Município tem capacidade para solver os seus compromissos, tendo comprometido também todos os investimentos necessários para o desenvolvimento de Almeirim. -----

Mais uma vez e repete o que constitui uma autêntica “manipulação” e fuga às responsabilidades a inclusão do ANEXO VIII – Relação nominal dos responsáveis”, (Página cento e sessenta e oito) com a inclusão da remuneração líquida e não do valor de facto das remunerações totais auferidas pelos referidos autarcas, será que tem vergonha do que os contribuintes de Almeirim saibam o valor do que tem que pagar aos seus políticos? -----

No Documento denominado “Relatório de Gestão”, estão incluídas diversas listagens, entre as quais as de “consumo de combustível”, dos diversos veículos, no Município, entre os quais, viatura automóvel ligeira matricula 28-CC-68, código de equipamento VL-37, que tanto quanto sabemos está atribuída ao senhor presidente da câmara, e habitualmente conduzida, ilegalmente pela senhora chefe de gabinete, (Cf. consta Relatório da IGAL de dois mil e nove), e se em dois mil e nove, apenas consumiu duzentos e sessenta virgula vinte seis litros! E apenas e só nos meses de Março, Maio e Junho (página duzentos e vinte e sete). Em dois mil e dez esta viatura consumiu apenas e só consumiu quarenta e dois virgula dois litros de gasóleo e apenas no mês de Agosto. Ou a viatura esteve sempre parada, o que não corresponderá à verdade ou estamos perante um gravíssimo acto de “falsificação”! ----

Não temos qualquer informação sobre os valores suportados pelo Município relativo a pareceres e assessoria jurídica, nem informação sobre os processos judiciais pendentes desconhecendo os valores dos mesmos. -----

Perante tantas e tão graves anomalias, ilegalidades, omissões, contas com somas erradas e outras não coincidentes, estes documentos, naturalmente e em coerência, não tem as mínimas condições para que com todo o rigor, verdade e transparência possam ser votados pelos órgãos municipais. -----





### Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Estes documentos de prestação de contas relativa ao ano de dois mil e dez, decorrem, naturalmente, da actividade desenvolvida no quadro e ao abrigo de Planos de Actividades e Orçamentos, que sofreram várias alterações e revisões, a última “martelada” em trinta de Dezembro de dois mil e dez”, para além daquelas que certamente foram feitas “à posteriori” que não concordamos, que não subscrevemos e que, por isso mesmo, justificou, na altura, o nosso voto contra, e as nossas maiores reservas, não podendo “garantir que “todas” tivessem sido , legalmente, aprovadas por esta mesma maioria, e assentou numa estratégia e opções “políticas de gestão” pelo qual só os autarcas que permitiram e “apoiam” podem e devem ser responsabilizados, aliás não deixa de ser interessante, o que acontece pela primeira vez, que o senhor presidente subscreva no relatório e contas que *“ao apresentarmos ao Executivo e Assembleia Municipal, o Relatório e Contas referentes ao exercício de dois mil e dez, devemos começar por referir quão difícil tem sido a vida da nossa Câmara que acompanha e sofre os efeitos da situação de contenção que se vive no País com principal incidência na falta de disponibilidades financeiras para assegurar a actividade normal da Câmara.”* Será que isto quer significar que a Câmara para além de não ter capacidade para pagamento das elevadas dívidas a fornecedores, que já deverá ultrapassar os dois milhões de euros, também não pode garantir o pagamento dos salários aos seus trabalhadores? -----

Uma análise detalhada destes documentos não só comprova a justeza das críticas, reservas e apreensões que sempre colocámos, como agrava ainda mais a nossa profunda preocupação sobre o rumo definido, a situação que daí decorre e os seus efeitos no desenvolvimento do concelho e na melhoria das condições de vida das pessoas, sendo o mais preocupante é a situação do endividamento, os compromissos por pagar, os avultados encargos que “se chutam para a frente” e com eles se onera e compromete o futuro do nosso Município. -----

Este não é seguramente o caminho certo, e necessário e que a população do Concelho de ALMEIRIM merece. -----

Por tudo isto e porque estes documentos não me garantem qualquer tipo de rigor, transparência e verdade, sendo antes o consumir das inúmeras violações da Lei, votamos contra e com voto de vencidos.” -----

-----Intervalo de dez minutos-----

-----Regresso aos trabalhos após um intervalo de dez minutos-----

**PONTO TRÊS - APRECIACÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA DA PRIMEIRA REVISÃO ORÇAMENTAL DE DOIS MIL E ONZE DE**



### Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

ACORDO COM O PREVISTO NA ALÍNEA B) DO NÚMERO DOIS CONJUGADO COM O NÚMERO SEIS E NÚMERO OITO DO ARTIGO CINQUENTA E TRÊS DA LEI CENTO E SESSENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI CINCO – A BARRA DOIS MIL E DOIS DE ONZE DE JANEIRO. -----

-----  
DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA E MINUTA a primeira revisão orçamental de dois mil e onze, com dezasseis votos a favor do Grupo do PS. Cinco votos contra, três do Grupo do MICA e dois do Grupo do PPD/PSD. Três abstenções do Grupo da CDU.

#### -----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

**MANUELA CUNHA** (Grupo da CDU) » » A CDU votou contra a proposta de orçamento para dois mil e onze, a revisão orçamental hoje aqui apresentada não altera em nada a nossa posição anterior, por isso nos abstermos. -----

#### -----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

**AQUILINO FIDALGO** (Grupo do MICA) » » Na reunião de vinte e um de Março do executivo municipal foi aprovado ilegalmente pela maioria que “desgoverna o nosso município” uma autorização da despesa de 550.083,546, para Construção da Base Permanente de um Grupo de Santarém de Bombeiros, mas esta proposta enfermava de uma completa ilegalidade – não estava inscrita no plano plurianual de actividades, no plano de actividades, nem orçamentada para dois mil e onze. -----

Neste sentido esta despesa não se encontrando orçamentada, logo não foi observada a regra do cabimento prévio prevista no ponto 2.3.4.2., alínea d), do POCAL; Assim a autorização desta despesa, sem fundamento legal, implica a nulidade da deliberação que autorizou a despesa e a conseqüente nulidade do contrato celebrado, por força do disposto nos artigos terceiro, números dois, al. e), e quatro da Lei das Finanças Locais e quarenta e dois, número seis, al. a) da Lei de Enquadramento Orçamental, no ponto 2.3.4.2., alínea d), do POCAL e no artigo noventa e cinco, número dois, al. b), da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro, constituindo ainda violação de normas financeiras”. -----

A verdade é que no dia onze de Abril de dois mil e onze foi aprovada uma proposta de revisão/modificação do Plano Plurianual de Investimentos para dois mil e onze com a inclusão precisamente deste projecto “ Construção do Edifício Sede da Força Especial de Bombeiros”, que “pasmese já perdeu o nome de Santarém” no valor previsto de seiscentos e quinze mil euros – já aumentou sessenta mil. -----



### Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

A proposta votada em vinte e um de Março, por não cumprir a Lei essa é nula e é essa proposta que hoje aqui nós somos presente. -----

O facto de ser votada pela Assembleia Municipal não iliba a ilegalidade e violação das normas de cabimento orçamental. É inadmissível que num momento de grave crise financeira que também infesta a nossa câmara esta se vá endividar em mais de 600 mil euros numa obra que admitindo e valorizando a sua necessidade é questionável o período temporal da sua construção bem como das implicações financeiras para o município e duração dessas implicações para os executivos seguintes.

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

**JOÃO LOPES** (Grupo do PPD/PSD) » A Câmara Municipal de Almeirim apresentou hoje, nesta Assembleia, a Primeira Revisão ao Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos para dois mil e onze, onde se inclui o saldo da gerência anterior, a comparticipação da construção do Edifício Sede da Força Especial de Bombeiros e o empréstimo para a construção de um troço da Circular Urbana de Almeirim e despesas de igual montante. -----

No debate do orçamento para dois mil e onze votámos contra fundamentalmente porque: -----

No que toca aos superiores interesses de Almeirim e das suas gentes, o Grupo do PPD/PSD considera que a aposta de investimento deveria ser priorizada por: -----

- Aumento da verba proposta para a Casa da Cultura de Fazendas, sendo esta constituída por valências de Biblioteca e espaço infantil, sala de trabalhos, sala de informática, sala de conferências e respectivas áreas de apoio. Para além do equipamento com estas valências, considera ainda que este se deve inserir num contexto agradável de convívio, de lazer e abrangente para toda a população. Esta necessidade será uma boa oportunidade para se dotar a freguesia de um jardim bem dimensionado com vários equipamentos lúdico-recreativo e desportivos tão prementes para a qualidade de vida da sua população; -----
- Requalificação do parque escolar, utilizando as prioridades enunciadas pela Carta Educativa. Consideramos esta medida fundamental por princípios básicos de equidade, modernização e conforto que estes equipamentos tanto necessitam de forma a garantir a formação dos nossos jovens e o sucesso educativo; -----
- Investir na construção de uma Escola Profissional trans-concelhia, com uma oferta de cursos que garanta a formação dos nossos jovens e que sirva de base às necessidades do tecido empresarial da região; -----



### **Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim**

- Finalizar a circular urbana de Almeirim numa perspectiva ideal e que garanta o investimento no futuro (escoamento do trânsito rápido e seguro através de duas faixas em cada sentido, traçado linear, ligação fácil às várias zonas da cidade através de rotundas, acessibilidade fácil à Zona de Actividades Económicas e traçado que garanta a não passagem de veículos pesados pelo centro da cidade); -----

- Optimizar os parques de estacionamento existentes, nomeadamente o parque da rua Bernardo Gonçalves, de forma a garantir o aumento de lugares de estacionamento e, caso necessário, verificar a aquisição de terrenos com dimensão e localização estratégica para construir novos parques e/ou redimensionar os já existentes, nomeadamente junto do mercado municipal e do tribunal. A opção de investimento do silo automóvel no centro da cidade, quer pelo montante definido, quer pela existência e investimento efectuado em outros equipamentos na área, é na nossa perspectiva, completamente desajustada. Não achamos este investimento prioritário, não faz sentido que seja feito num espaço requalificado recentemente, o terreno não é o mais ajustado para o mesmo, acarreta custos mensais elevados pois obriga a ter seguranças vinte e quatro horas por dia sob risco de vandalismo, furtos e criminalidade no seu interior. Caso houvesse necessidade há espaços abandonados mais baratos para o fazer. É um desperdício de dinheiro injustificável. -----

Necessidade de elaborar a Carta Desportiva no Concelho. -----

Falta de visão estratégica do ponto de vista fiscal. Defendemos a derrama à taxa zero com forma de captação de investimentos para o Concelho e o consequente aumento de empregos e fixação de população. Defendemos igualmente que a taxa de IMI nos imóveis avaliados ao abrigo no CIMI deveria ser a mínima para não penalizar quem compra imóveis actualmente, principalmente os jovens e reduzir a distorção fiscal gritante. -----

A dívida actualmente existente acarreta aos cofres dos Municípes cerca de setecentos e trinta e quatro mil euros anuais de responsabilidade a pagar em dois mil e onze e muito vai durar durante vinte anos. Tal significa que em cada três anos o Município paga um valor que daria para um Centro Escolar novo, requalificar a Praça Lourenço de Carvalho todos os anos e o Largo General Guerra em cada seis meses. O endividamento Municipal não pára de aumentar para níveis que começam a ser preocupantes. -----

A formação continua a ser ignorada pelo executivo que consagra uma verba de apenas dois mil euros para quase trezentos funcionários. -----



### **Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim**

São atribuídos subsídios às Instituições Sem Fins Lucrativos, dois vírgula quatro por cento do orçamento, de forma indiscriminada. O PSD continua a defender a existência de um regulamento para a atribuição de subsídios. Se este já existisse, as verbas seriam distribuídas de uma forma equitativa e justa. -----

Se deixarmos por mais alguns anos que este tipo de gestão continue todos os Almeirinsenses, que se vêm a braços com carências a nível de saúde e cuidados médicos, emprego, estradas e acessibilidades, escolas, saneamento, apoio social e desenvolvimento e não vemos neste orçamento as respostas que o Concelho de Almeirim necessita! -----

Segundo os documentos que nos são apresentados está a ser incluída nesta revisão orçamental um empréstimo referente à Circular Urbana de Almeirim. A verba constante nas receitas é trezentos e noventa e seis mil oitocentos e oito euros e dezasseis cêntimos (empréstimo aprovado em sessão da Assembleia Municipal de Almeirim de trinta de Dezembro de dois mil e dez) no entanto nas modificações às Grandes Opções do Plano que nos é entregue a verba da despesa “Novo troço da Circular Urbana de Almeirim” aumenta em duzentos e cinquenta e cinco mil oitocentos e quarenta e dois euros, que corresponde ao total do aumento dos Arruamentos Urbanos (rubrica 2.4.1.2.). -----

Face ao exposto, dado que esta revisão orçamental não altera significativamente o orçamento e o Plano para dois mil e onze, os quais votámos contra, o Grupo do Partido Social Democrata na Assembleia Municipal de Almeirim vota contra a Primeira Revisão ao Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos para dois mil e onze. -----

**PONTO QUATRO - APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL DE ACORDO COM O PREVISTO NO NÚMERO DOIS DO ARTIGO CINQUENTA E TRÊS DA LEI CENTO E SESENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, ALTERADA PELA LEI CINCO – A BARRA DOIS MIL E DOIS DE ONZE DE JANEIRO. -----**

DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA E MINUTA a proposta de alteração do Mapa de Pessoal, com dezassete votos a favor, quinze do Grupo do PS, um do Grupo do MICA e um do Grupo do PPD/PSD. Duas abstenções do Grupo da CDU. -----

**PONTO CINCO - APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO PDM, REFERENTE À ZONA ADJACENTE A NORTE DA RUA DE SÃO JOSÉ EM FAZENDAS DE ALMEIRIM, DE ACORDO COM ALÍNEA B) DO**



### Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

NÚMERO TRÊS DO ARTIGO CINQUENTA E TRÊS DA LEI CENTO E SESSENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI CINCO – A BARRA DOIS MIL E DOIS DE ONZE DE JANEIRO. -----

-----  
**AQUILINO FIDALGO** (Grupo do MICA) »» Convêm iniciar esta discussão colocando em cima da mesa não só o tópico do ponto a votar, mas todo o processo que levou à necessidade desta aprovação nesta data. -----

Observando a documentação e lendo, para além dos considerandos que propositadamente nos remetem mas a inevitabilidade da sua aprovação bem como impossibilidade de ter desenvolvido processo de forma legal. Somos a considerar que: Há inevitabilidade de aprovação; -----

Repudiamos seriamente o desenrolar dos procedimentos bem com do seu prolongamento no tempo. -----

Assiste-se mais uma vez à prática do acto consumado pela impossibilidade de retrocesso. -----

UM - Sendo o PDM publicado em Diário da Republica a três de Junho de mil novecentos e noventa e três e sendo o último alvará, imediatamente anterior a esta data, de mil novecentos e noventa e dois com o número cento e sessenta e oito, percebe-se imediatamente que o PDM do concelho de Almeirim, que tão desrespeitado tem sido, foi publicado já desactualizado. -----

DOIS - Acreditando na boa fé dos actos praticados e nas datas em que acontecerem, mas podendo sempre duvidar, consideramos inaceitável que só em dois mil e onze se esteja a reparar a lesão praticado ao PDM ainda antes da sua publicação. -----

TRÊS - Não compreendemos como, estando a decorrer a revisão de o PDM se continue a promover a sua alteração avulso em vez de se insistir na apresentação do projecto final que só traria benefícios para o planeamento do concelho, dos investimentos particulares e principalmente pelo tratamento justo e igualitário para os cidadãos, investidores e empresas. -----

QUATRO - Refira-se que o Sr. Arquitecto manifestou os seus pareceres técnicos desfavoráveis à pretensão da edificação implementada em mil novecentos e noventa e dois (alvará cento e sessenta e oito barra mil novecentos e noventa e dois) que ocupou o centro da rua de S. José e, que condicionou o projectado para aquela zona. -

CINCO - Não podendo nesta datam contestar a solução urbanística daquela zona, até porque o acto consumado tem irreversibilidade prática e técnica. Repudiamos a



### Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

teimosia da tentativa de legalizar os actos que se sabiam ilegais e condicionantes dos projectos aprovados. -----

SEIS - Temos a certeza que a prática de uma gestão sem planeamento sem estratégia e principalmente sem o rigor indispensável ao tratamento indiferenciado a todos os cidadãos, condiciona o desenvolvimentos que se quer sempre sustentado, a qualidade de vida a boa gestão dos recursos disponíveis e a prevenção de condicionantes futuras. -----

SETE - Do muito que se tem falado sobre centro escolar de Fazendas e do muito que temos alertado para a sua ilegalidade, das suas condicionantes físicas, da má gestão em termos de mobilidade urbana, da impossibilidade na criação de sinergias em torno dos recursos instalados ou a instalar, verificamos agora que com recurso a práticas negociais prejudiciais para o interesse público este ficou sem espaço na zona central de fazendas de Almeirim. -----

OITO - O nosso sentido de voto não será em função da situação urbanística actual nem das alternativas já aprovadas mas pela forma como o executivo, e de uma forma geral todos os executivos anteriores liderados pelo Presidente Sousa Gomes, insiste em actuar. -----

DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA E MINUTA a Proposta de Alteração do PDM referente à Zona Adjacente a Norte da Rua de São José em Fazendas de Almeirim, com quinze votos a favor do Grupo do PS. Quatro votos contra, dois do Grupo do PPD/PSD e dois do Grupo da CDU. Três abstenções do Grupo do MICA. -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

**MANUELA CUNHA** (Grupo da CDU) » » Relativamente à proposta de alteração do PDM referente à Zona Adjacente a norte da Rua São José de fazendas de Almeirim, a CDU vota contra e faz voto de vencido, pelas seguintes razões: -----

Primeiro – Porque a alteração aqui apresentada decorre de uma violação do PDM já executada à qual se pretende dar agora cobertura com o voto favorável desta Assembleia. -----

A CDU não pode sancionar tais praticas e relembra que eu proporia, como Vereadora, fiz voto de vencido na reunião da Câmara Municipal de três de Março de dois mil e oito, quando da apresentação do projecto de loteamento para a área abrangida por esta alteração. Este voto vencido era alicerçado em diversas razões, nomeadamente no facto do edifício já estar concluído há mais de dois anos e ainda no facto desta área



### Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

estar classificada como Zona de Reserva Verde ZRV no PDM, assim como no facto do Município ficar lesado em área na permuta dos terrenos. -----

A CDU relembra também que a violação ao PDM que está por detrás desta alteração, foi objecto de condenação no Relatório Final da Inspeção do IGAL ao Município, levado a cabo em dois mil e nove e, que esta violação foi enviada por o Ministério Publico. -----

Segundo – A CDU faz ainda voto de vencido como forma de condenação desta prática recorrente e impunemente utilizada pela maioria PS que tem gerido o Município de Almeirim. Pratica que consiste em alterações sucessivas ao PDM ou a Regulamentos de Urbanização de forma a tapar a posteriori as violações já cometidas. A CDU relembra no entanto que as alterações à posteriori não anulam as violações da Lei já cometidas. -----

#### -----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

**AQUILINO FIDALGO** (Grupo do MICA) » » Temos consciência da impossibilidade de retrocesso, e mesmo que o fosse não o desejaríamos. -----

No entanto, participar nesta aprovação seria, quanto a nós, contribuir: -----

UM - Para o continuar da prática do desrespeito pelo PDM, pelos demais regulamentos e práticas de boa gestão territorial. -----

DOIS - Passar um atestado de incompetência aos técnicos da Câmara em especial aos Senhores Arquitectos que de forma profissional trabalharam nos projectos urbanísticos daquela zona e que de forma zelosa emitiram os seus pareceres desfavoráveis. -----

TRÊS - Votar favoravelmente seria pactuar com a prática habitual neste município de prevaricar primeiro e pedir à assembleia para a posteriori sanar as infracções cometidas pelo executivo. -----

QUATRO - Seria principalmente permitir e admitir que no nosso concelho existem cidadãos de primeira e cidadãos de segunda. -----

A) Há cidadão que vem os seus interesses aprovados ainda que à revelia do PDM e das condicionantes de utilização do espaço, e que conseguem mobilizar o executivo e a assembleia para sanar os atropelos que por isso e voluntariamente o executivo praticou. -----

B) E há cidadãos que certamente e no respeito das normas e regras do município tem severas condicionantes por vezes até para construir a sua própria habitação em terrenos que lhes pertencem há várias gerações. -----





### **Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim**

Assim e defendendo a legalidade a justiça e a justeza dos actos praticados pelos órgãos autárquicos teríamos votados contra neste ponto a OT. A nossa abstenção segue a mesma postura sempre que alterações ao PDM vêm a esta assembleia. ----- Não faz sentido continuar-mos a fazer alteração a retalho a um PDM que há muito se encontra desactualizado. Há que promover rapidamente a sua revisão. ----- Não faz sentido continuar-mos a envolver tantas entidades sempre que uma alteração é necessária, quando o executivo e sem ouvir a assembleia, pode promover a sua suspensão por vezes para projectos tão conflituantes e quanto a nós tão prejudiciais para o nosso concelho com foi o projecto do estabelecimento prisional em Paço dos Negros. -----

#### -----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

**PONTO SEIS - APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO DA PROPOSTA DE CLASSIFICAÇÃO COMO IMÓVEL DE INTERESSE MUNICIPAL DO CONJUNTO EDIFICADO REFERENTE AOS NÚMEROS TRINTA E CINCO, TRINTA E SETE E TRINTA E NOVE DA RUA ALMIRANTE REIS EM ALMEIRIM, NOS TERMOS DO ARTIGO CINQUENTA E SETE DO DECRETO-LEI TREZENTOS E NOVE BARRA DOIS MIL E NOVE DE VINTE E TRÊS DE OUTUBRO, E DA LEI CENTO E SETE BARRA DOIS MIL E UM DE OITO DE SETEMBRO.** -----

**MANUELA CUNHA** (Grupo da CDU) »» A CDU concorda com esta classificação e quer saudar a Cristina Branco pela aquisição do Edifício assim como pelo investimento na sua preservação e restauro, dando um bom exemplo ao Município. -----

A CDU não pode deixa de lembrar que classificação deste edifício só é possível porque num mandato anterior a CDU bateu-se contra a destruição deste mesmo edifício e contra a aprovação de um Loteamento para o mesmo local que tinha a bênção do PS. Lamentamos ainda que outros edifícios de Almeirim, cuja classificação foi proposta numa lista que integra o PDM, edifício da Farmácia Mendonça junto ao jardim da República e edifícios da Pontinha, não tenham tido o mesmo fim feliz. -----

**AQUILINO FIDALGO** (Grupo do MICA) »» O Paço dos Negros não está classificado de interesse municipal apenas porque o executivo não quer. Não há nenhum impedimento legal para que isso aconteça e não é verdade quando o Sr. Presidente da Câmara diz que o IPPAR o impediu. O IPPAR é bem claro na conclusão do seu relatório final do processo número noventa e nove barra três (dezassete) de nove de Setembro de dois mil e um que passo a citar: -----



### **Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim**

*“O complexo de Paço dos Negros, tendo em conta o seu valor histórico, e as transformações operadas no seu contexto monumental, atendendo ainda ao facto de as decisões de classificação dos bens imóveis são sempre fundamentadas segundo critérios de autenticidade. Qualidade, originalidade e exemplaridade do bem, apresenta a associação de critérios gerais e complementares considerados necessários, para se proceder à abertura do processo de eventual classificação como imóvel de Interesse Público (IIP), ou Monumento Nacional (MN) (...).-----*

*Remeter o processo à Autarquia Local para que esta entidade desenvolva o processo de classificação como de interesse municipal (IIM) tendo em conta o valor arqueológico do local justificado no interesse da preservação e valorização dos testemunhos visíveis no Paço dos Negros, enquadrando também uma perspectiva futura de revelação de outros (sondagem arqueológicas). Passando a solução provavelmente por uma contratualização entre a autarquia e os proprietários para salvaguarda e conservação de um complexo local com importância histórica mas sem equivalente arquitectónica construída.”-----*

**MANUELA CUNHA** (Grupo da CDU) »» Peço novamente a palavra para dar um esclarecimento ao que acaba de ser afirmado pelo Senhor presidente da Câmara. O IPPAR aceitou a abertura do processo de classificação do Pórtico de Paço dos Negros como património de interesse nacional. Mas, depois de um estudo do património em causa, considerou que os vestígios restantes no Paço dos Negros tinham interesse mas, não mereciam uma classificação de âmbito de Nacional, por isso encerram o processo, recomendando à Autarquia para que encetasse o processo de classificação como Património de Interesse Municipal. A CDU apresentou a proposta na Câmara Municipal e nesta Assembleia e, lamentavelmente foi chumbada. -----

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE E MINUTA** a proposta de classificação como imóvel de Interesse Municipal do conjunto edificado referente aos números trinta e cinco, trinta e sete e trinta e nove da Rua Almirante Reis.

-----**DECLARAÇÃO DE VOTO**-----

----- **(Artigo trigésimo sétimo, do Regimento)** -----

**PONTO SETE - ELEIÇÃO DE “UM AUTARCA DE FREGUESIA” PARA O XIX CONGRESSO DA ANMP, DE ACORDO COM AS COMPETÊNCIAS PREVISTAS NA ALÍNEA R) DO NÚMERO UM DO ARTIGO QUINQUAGÉSIMO TERCEIRO DA LEI NÚMERO CENTO E SESENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO REPUBLICADA EM ANEXO À LEI NÚMERO CINCO TRAÇO A**



## **Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim**

BARRA DOIS MIL E DOIS DE ONZE DE JANEIRO. -----

-----  
DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA E MINUTA o Autarca de Freguesia, Senhor Joaquim Leonor Sampaio, Presidente da Junta de Freguesia de Almeirim, ao XIX congresso da ANMP, com quinze votos “Sim” e sete votos “Branco”

### **-----PERÍODO DO PÚBLICO-----**

----- (Artigo vigésimo sétimo) -----

**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** » » Esgotado que está a Ordem de Trabalhos, e não havendo público para intervir, resta-me desejar a todos uma boa tarde. -----

-----  
Às dezoito horas e dez minutos do dia trinta de Abril, deu-se por encerrada a Sessão lavrando-se para constar a presente acta, que, depois de distribuída, lida e aprovada pela Assembleia vai ser assinada pelos membros da Mesa.

**O Presidente da Assembleia,**

\_\_\_\_\_  
**O Primeiro – Secretário,**

\_\_\_\_\_  
**O Segundo – Secretário,**

\_\_\_\_\_